



# PLANO PLURIANUAL

2014 - 2017



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

**SUMÁRIO:****Exposição de motivos**

1. Introdução (pág. 1)
2. Reestruturação do Plano Plurianual (pág. 4)
3. Diagnóstico e Principais Diretrizes e Ações (pág. 6)
  - 3.1. Compromisso com os Direitos Sociais e Civis (pág. 6)
    - i. Superação da Extrema Pobreza (pág. 6)
    - ii. Acesso à Moradia Adequada (pág. 9)
    - iii. Educação de Qualidade para Todos (pág. 11)
    - iv. Saúde de Qualidade para Todos (pág. 14)
    - v. Acesso à Cultura (pág. 17)
    - vi. Promoção do Esporte e Lazer (pág. 20)
    - vii. Dignidade, Cidadania e Direitos Humanos (pág. 21)
    - viii. Prevenção à Violência e Promoção da Qualidade do Espaço Urbano (pág. 28)
  - 3.2. Desenvolvimento Econômico Sustentável com Redução das Desigualdades (pág. 31)
    - i. Crescimento Econômico, Geração de Emprego e Promoção da Tecnologia e Inovação (pág. 31)
    - ii. Vida Sustentável Urbana (pág. 34)
    - iii. Mobilidade Urbana e Transporte Público (pág. 36)
  - 3.3. Gestão Descentralizada, Participativa e Transparente (pág. 41)
    - i. Descentralização, qualidade de espaços e serviços (pág. 41)
    - ii. Participação, transparência e controle social (pág. 43)
    - iii. Revisão Participativa do Marco Regulatório do Desenvolvimento Urbano (pág. 44)
4. O Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (pág. 46)
  - 4.1. Primeiros Passos (pág. 46)
  - 4.2. Segunda etapa (pág. 46)

- 4.3. Diálogo aberto (pág. 47)
- 4.4. Programação 2013-2014 (pág. 48)

**Anexo I – Apresentação do cenário econômico e demonstrativo da previsão de receitas para o quadriênio 2014/2017**

1. Perspectivas das Finanças Públicas para o Plano Plurianual (pág. 49)
2. Eixos de atuação das Finanças Públicas (pág. 50)
  - i. A elevação dos repasses federais (pág. 50)
  - ii. A contenção dos gastos com custeio (pág. 52)
  - iii. A renegociação da dívida pública municipal (pág. 54)
  - iv. Aprimoramento da arrecadação municipal, tanto tributária quanto não-tributária (pág. 55)
3. Outras considerações (pág. 59)
4. Considerações Finais (pág. 60)
5. Anexo I.A. - Tabelas demonstrativas (pág. 62)

**Anexo II – Demonstrativo dos Programas e Ações da Administração Pública para o Quadriênio 2014/2017**

1. Introdução: Como ler o Anexo II do PPA 2014-2017 (pág. 67)
  - 1.1. Apresentação do Anexo II (pág. 67)
  - 1.2. Programa (pág. 67)
  - 1.3. Indicadores (pág. 71)
  - 1.4. Valor do Programa no Período (pág. 72)
  - 1.5. Valores do Programa por Fonte de Financiamento (pág. 73)
  - 1.6. Valores regionalizados por projetos (pág. 73)
  - 1.7. Projetos, Atividades e Valores Estimados no período (pág. 74)
  - 1.8. Detalhamento das ações (pág. 74)
2. Quadros demonstrativos
  - 2.1. Quadros Consolidados (pág. 76)
    - i. Consolidado Geral – Fontes de Financiamento (pág. 77)
    - ii. Consolidado Geral – Programas (pág. 78)

- iii. Valores dos projetos por Programa (pág. 82)
- iv. Regionalização dos projetos (pág. 84)

## 2.2. Quadros por Programas Finalísticos

- i. Acesso à cultura (pág. 87)
- ii. Acesso à moradia adequada (pág. 99)
- iii. Ações e serviços da saúde (pág. 102)
- iv. Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos (pág. 115)
- v. Direitos da pessoa com deficiência (pág. 123)
- vi. Garantia dos direitos da população idosa (pág. 129)
- vii. Melhoria da drenagem urbana e proteção das bacias hidrográficas (pág. 133)
- viii. Melhoria da mobilidade urbana universal (pág. 139)
- ix. Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação (pág. 150)
- x. Modernização e descentralização da gestão e prestação de serviços (pág. 177)
- xi. Participação, transparência e controle social da administração pública (pág. 186)
- xii. Prevenção e proteção às vítimas da violência (pág. 192)
- xiii. Promoção da cidade como centro de eventos e destino turístico de referência (pág. 200)
- xiv. Promoção da cidade como centro de tecnologia e inovação (pág. 205)
- xv. Promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer (pág. 208)
- xvi. Promoção de uma cultura de cidadania e valorização da diversidade (pág. 215)
- xvii. Promoção do crescimento econômico e geração de postos de trabalho (pág. 221)
- xviii. Proteção dos recursos naturais da cidade (pág. 225)
- xix. Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos (pág. 234)
- xx. Superação da extrema pobreza (pág. 244)

## 3. O Programa de Metas 2013-2016 no PPA 2014-2017 (pág. 253)

#### 4. Glossário de Indicadores

- i. Acesso à cultura (pág. 265)
- ii. Acesso à moradia adequada (pág. 267)
- iii. Ações e serviços da saúde (pág. 268)
- iv. Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos (pág. 284)
- v. Direitos da pessoa com deficiência (pág. 285)
- vi. Garantia dos direitos da população idosa (pág. 286)
- vii. Melhoria da drenagem urbana e proteção das bacias hidrográficas (pág. 288)
- viii. Melhoria da mobilidade urbana universal (pág. 289)
- ix. Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação (pág. 293)
- x. Modernização e descentralização da gestão e prestação de serviços (pág. 295)
- xi. Participação, transparência e controle social da administração pública (pág. 296)
- xii. Prevenção e proteção às vítimas da violência (pág. 297)
- xiii. Promoção da cidade como centro de eventos e destino turístico de referência (pág. 299)
- xiv. Promoção da cidade como centro de tecnologia e inovação (pág. 300)
- xv. Promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer (pág. 301)
- xvi. Promoção de uma cultura de cidadania e valorização da diversidade (pág. 303)
- xvii. Promoção do crescimento econômico e geração de postos de trabalho (pág. 306)
- xviii. Proteção dos recursos naturais da cidade (pág. 309)
- xix. Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos (pág. 310)
- xx. Superação da extrema pobreza (pág. 311)

# EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



## 1. Introdução

O Plano Plurianual (PPA) é uma peça de planejamento prevista na Constituição de 1988 e regulamentada em Decreto do governo federal de 1998. Seu objetivo é induzir o poder executivo a planejar suas atividades por um período que vá além da anualidade imposta pela lei orçamentária, claramente restrita sob qualquer outro critério que não seja o da pura e simples execução do orçamento. Costuma-se dizer, por isso, que o PPA é o mais importante instrumento à disposição dos governantes para a implementação de políticas públicas. Apesar disso, o PPA, em boa parte dos casos, acaba por não ter a efetividade necessária, permanecendo como dispositivo, na melhor das hipóteses, puramente formal. Na cidade de São Paulo, porém, já existem todas as condições para que o PPA saia da gaveta e passe a atuar de modo efetivo nas tomadas de decisão do executivo municipal. A principal razão para que isso ocorra é a obrigatoriedade que a Prefeitura do Município de São Paulo passou a ter, a partir de 2008, de apresentar à sociedade, em até 90 dias após o início de cada gestão, um *Programa de Metas*, onde estejam delineados os objetivos estratégicos, os resultados esperados, as principais políticas e os produtos concretos a serem entregues à população pelo governo que se inicia. É evidente que, apesar da não coincidência dos períodos totais de vigência das duas peças, Programa de Metas e PPA devem guardar a máxima coerência. Em outras palavras, a peça de planejamento, mas também orçamentária, chamada PPA, ganhou substância com a obrigatoriedade de apresentação de um Programa de Metas, uma peça de planejamento em linguagem corriqueira, capaz de envolver a população em sua elaboração, além de possibilitar um monitoramento real das políticas e da realização do programa de governo vitorioso nas eleições.

A importância de um instrumento como esse numa cidade como São Paulo é difícil de exagerar. Com sua população digna de um país, enorme patrimônio natural, dinamismo condizente com sua condição de metrópole, mas ao mesmo tempo com problemas que crescem em velocidade escalar, desigualdades abissais e constrangedores bolsões de pobreza extrema, a cidade que responde por 12 % do PIB nacional representa um desafio de magnitude idêntica para a atividade de planejar. O PPA 2014-2017, que o executivo municipal ora entrega à Câmara dos Vereadores, foi elaborado buscando elevar de modo substantivo a capacidade de, mesmo em meio às crescentes dificuldades orçamentárias e financeiras, planejar a atuação do executivo no sentido do cumprimento do Programa de Metas já apresentado à população, bem como do Programa de Governo que a ele deu origem.

As ações e os programas que constituem o presente PPA buscam cumprir os 20 objetivos estratégicos da versão participativa final do Programa de Metas 2013-2016. Em todos eles, de modo explícito ou implícito, está a intenção de reduzir a desigualdade na cidade, desigualdade que tem várias faces, social, espacial, de mobilidade, de acesso a bens e serviços públicos, de participação.

No que tange à desigualdade social, podemos lembrar que São Paulo, com 5,8% da população do país (11 milhões de habitantes), é responsável por 12% do PIB e apresenta uma renda per capita de cerca de R\$ 46.000,00, próxima da de países desenvolvidos e muito maior que a do Brasil (em torno de R\$ 22.800,00). Apesar disso, apresenta uma enorme desigualdade

de renda que se reflete no coeficiente de Gini, que, numa escala de 0 a 1 - sendo zero a mais completa igualdade e 1 a mais absoluta desigualdade –, quando calculado para São Paulo, resulta num coeficiente de 0,57, contra 0,56 para o Brasil. Mesmo o Nordeste do país, sabidamente mais desigual que o Sudeste, tem capitais com índice de Gini inferior. Para quem vive o cotidiano da cidade, esses indicadores de renda e desigualdade não são uma novidade. As 228 mil famílias que vivem em situação de extrema pobreza, sobrevivendo com até 1/4 do salário mínimo (dados de 2012), e as 14,4 mil pessoas vivendo em situação de rua (idem), não precisam de indicadores para perceberem a situação de urgência na qual a cidade se encontra.<sup>1</sup>

Mas o PPA 2014-2017 reflete os programas e ações que procuram melhorar também as condições de vida daqueles que, apesar de não sofrerem a brutalidade da pobreza extrema, enfrentam grandes dificuldades em seu cotidiano. A cidade de São Paulo é cruel para os 5,6 milhões de pessoas ocupadas da população economicamente ativa<sup>2</sup> que, para se deslocarem diariamente aos seus locais de trabalho, dispuseram, de 2009 a 2012, de um volume de corredores de ônibus que aumentou míseros 1.500 metros,<sup>3</sup> totalizando 126 km<sup>4</sup>. Pelas vias da cidade, circula uma frota paulistana de veículos que cresceu 15,12% nos últimos quatro anos, chegando a 7,36 milhões de veículos ao final de 2012<sup>5</sup> - o suficiente para transportar a população da cidade inteira nos bancos da frente. Esse cenário está diariamente presente nas páginas dos jornais, que estampam os efeitos dos 120 km diários de lentidão média observados em 2012.<sup>6</sup>

E não é apenas no seu deslocamento diário que a população sente os desafios estruturais existentes na cidade. Em 2010, ao retornar ao final de um exaustivo dia de trabalho para um dos 3,6<sup>7</sup> milhões de domicílios da cidade, parcela expressiva dos cidadãos paulistanos voltava, em verdade, para uma das 386,4 mil<sup>8</sup> moradias situadas em alguma das 1.631<sup>9</sup> favelas da cidade. Somados a esses 10,8% de domicílios em áreas de favelas, uma grande quantidade de domicílios na cidade é assolada pela ausência total ou parcial de infraestrutura urbanística básica, pela irregularidade jurídica ou fundiária da posse ou da propriedade e/ou pela ausência de espaço interno suficiente para as funções do morar, totalizando, em 2009, cerca de 890 mil domicílios nesta situação.<sup>10</sup>

Morando em condições precárias e sofrendo no deslocamento diário, a população de São Paulo, obviamente, enfrenta problemas de saúde decorrentes do cotidiano. Ao procurar um atendimento, ela encontrará uma situação dúbia. Se, por um lado, de 2009 a 2012, houve um aumento na oferta de serviços de saúde, com a rede municipal de estabelecimentos e

<sup>1</sup> Censo IBGE 2010; elaboração CDEC/SEMPA.

<sup>2</sup> Trabalhadores ocupados da PEA = 92,93% da PEA (PEA = 6.026.212). Disponível em:

[http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/sao-paulo\\_sp](http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/sao-paulo_sp)

<sup>3</sup> Disponível em: [http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/Mobilidade\\_final.pdf](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/Mobilidade_final.pdf).

<sup>4</sup> Disponível em: [http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes\\_urbanos/pdf/23.pdf](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos/pdf/23.pdf).

<sup>5</sup> Detran-SP. Disponível em: <http://www.detran.sp.gov.br>.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/regioes.php?regiao=33&tema=13&indicador=126>

<sup>7</sup> Disponível em:

[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9\\_domicilios\\_segundo\\_tipo\\_de\\_ocupacao\\_2010\\_454.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipo_de_ocupacao_2010_454.html)

<sup>8</sup> Disponível em:

[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9\\_estimativas\\_de\\_domicilios\\_em\\_favelas\\_2008\\_10624.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_estimativas_de_domicilios_em_favelas_2008_10624.html)

<sup>9</sup> Disponível em: [http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9\\_distribuicao\\_das\\_favelas\\_2012\\_516.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_distribuicao_das_favelas_2012_516.html)

<sup>10</sup> HABISP 2009

serviços de saúde tendo crescido 6,9% no período, passando de 492 para 526<sup>11</sup> unidades de saúde, por outro lado, o número e a qualidade dos serviços efetivamente prestados não acompanhou o mesmo padrão. O tempo médio de atendimento<sup>12</sup> pelo Programa de Saúde da Família e por clínica médica/clínica geral aumentou, respectivamente, de 13 para 27 e de 42 para 49 dias,<sup>13</sup> representando um aumento de 107% no tempo de espera para um atendimento pelo Programa de Saúde da Família e de 16% para uma consulta com um clínico geral. Neste mesmo período, o número de leitos disponíveis na rede municipal caiu de 3.387 em 2009 para 3.226 em 2012.<sup>14</sup>

Apesar de não exaustivas, as situações até aqui descritas são suficientes para que se tenha a correta dimensão dos desafios que têm o poder público municipal no sentido de minorar a situação de enorme desigualdade apresentada em São Paulo, pois é evidente que a precariedade das condições do transporte público, da moradia e da saúde não atinge a todos com a mesma violência, prejudicando mais intensamente, aqueles que já estão nos estratos mais baixos de renda. Para que logremos sucesso no enfrentamento desses desafios, os instrumentos de planejamento e orçamento – Programa de Metas, Plano Plurianual, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais – devem estar articulados de tal forma que permitam não só a execução coordenada das políticas públicas, mas também o envolvimento dos paulistanos em um processo de participação contínua na gestão da coisa pública. Sendo peça das mais importantes dentro desse conjunto, o PPA ora apresentado foi reestruturado visando garantir que essa articulação seja efetiva, de modo que as próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais refletem os eixos ordenadores e os objetivos estratégicos do Programa de Metas 2013-2016.

---

<sup>11</sup> Disponível em:

[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/10\\_estabelecimentos\\_e\\_servicos\\_de\\_saude\\_por\\_2000\\_10609.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/10_estabelecimentos_e_servicos_de_saude_por_2000_10609.html)

<sup>12</sup> Dias de intervalo entre a data do agendamento e a data da consulta.

<sup>13</sup> SIGA-Secretaria Municipal de Saúde. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/planejamento/planejamento/index.php?p=40164>

<sup>14</sup> Disponível em:

[http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/10\\_hospitais\\_leitos\\_e\\_coeficiente\\_por\\_rede\\_2000\\_10593.html](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/10_hospitais_leitos_e_coeficiente_por_rede_2000_10593.html)

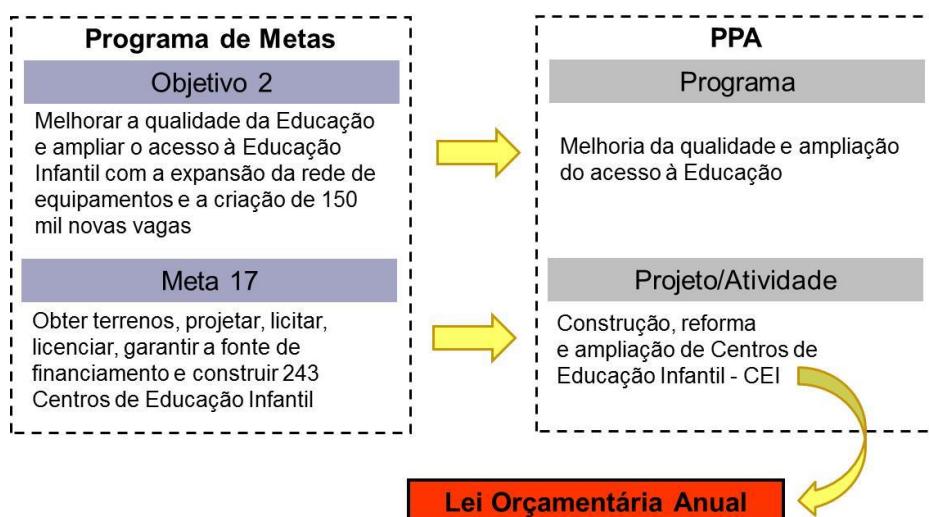
## **2. Reestruturação do Plano Plurianual**

Com o objetivo de resgatar o papel do PPA como um instrumento efetivo de planejamento e orçamento, a Prefeitura do Município de São Paulo realizou um esforço de reestruturação para a elaboração do PPA 2014-2017. Esse processo se iniciou com o estabelecimento do Programa de Metas como a referência para uma revisão geral dos Programas e Projetos/Atividades que vinham sendo usados nos PPAs anteriores. A partir dessa análise, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou uma nova proposta de organização programática para o PPA 2014-2017, padronizada e com amplitude global na Prefeitura.

Essa reestruturação foi feita, principalmente, para trazer mais transparência ao planejamento, elaboração e execução do orçamento. Termos técnicos foram traduzidos por ações orçamentárias comprehensíveis por leigos, permitindo o acompanhamento da estrutura e da execução do PPA por qualquer cidadã(o). A reestruturação possibilitou, também, a integração do PPA 2014-2017 com o Programa de Metas 2013-2016, ajustando-se os períodos de finalização de cada um consolidando assim a articulação entre esses dois instrumentos importantes de planejamento e orçamento da cidade de São Paulo. Dessa forma, os Objetivos e as Metas do Programa de Metas 2013-2016 estão refletidos, respectivamente, nos Programas e Projetos/Atividades ou Detalhamentos das Ações (DA) do PPA 2014-2017.

As ações orçamentárias (projetos e atividades) foram detalhadas em diversas DAs que informam a qual intervenção específica o orçamento planejado e executado se destina. Por exemplo, a ação 2278 - “Implantação e Requalificação de Corredores” - prevê um detalhamento de ação para cada um dos corredores planejados para os próximos quatro anos. Este detalhamento garante maior transparência no planejamento e execução orçamentários, além de permitir avanços na regionalização dos investimentos, vinculando a ação a um determinado território (subprefeituras e distritos).

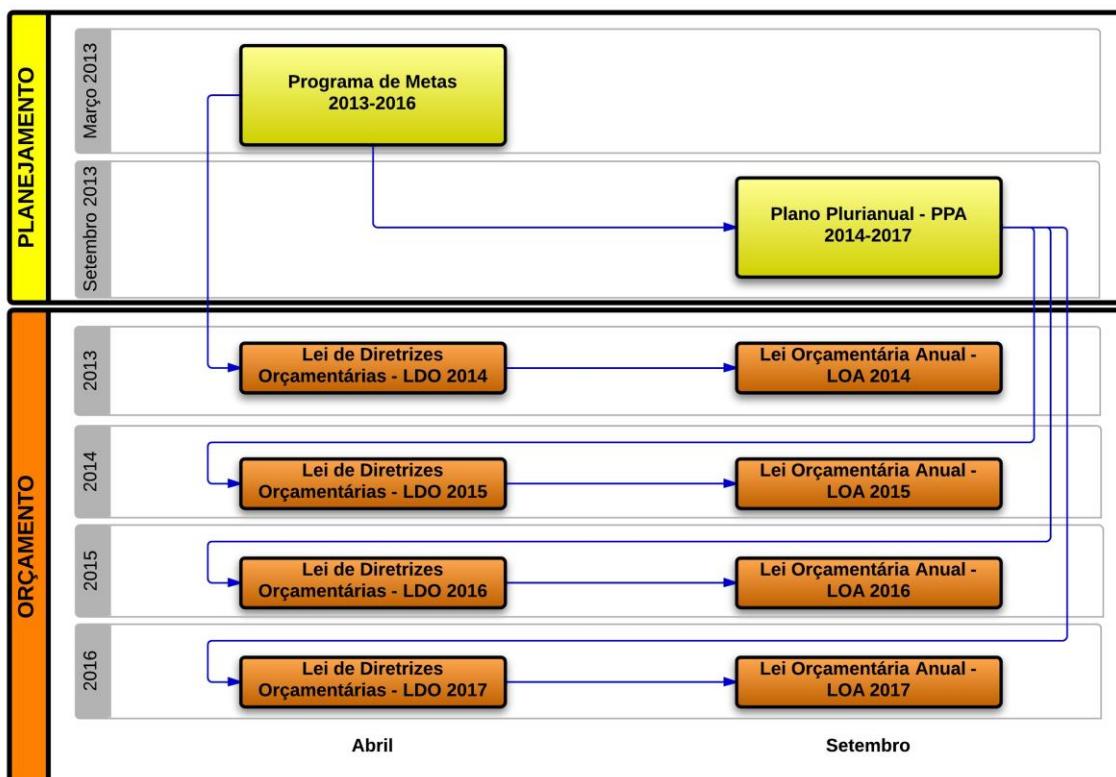
#### **Exemplo da Integração entre o Programa de Metas, PPA e Orçamento:**



Dessa forma, a população será capaz de acompanhar a execução das Metas do Programa de Metas 2013-2016 inclusive a partir das dotações orçamentárias dos Projetos/Atividades referentes a elas.

Todo esse trabalho tem como objetivo o fortalecimento do planejamento da Prefeitura de São Paulo, por meio da integração entre todos os instrumentos de planejamento e orçamento, o que resultará em maior transparência, melhor gestão das políticas públicas e maior controle social sobre o ciclo de planejamento e orçamento do Município de São Paulo.

#### Ciclo de Planejamento e Orçamento:



### 3. Diagnóstico e Principais Diretrizes e Ações

A seguir, fazemos um diagnóstico das áreas e destacamos as principais diretrizes e ações do Plano Plurianual 2013-2017. Reforçando o compromisso de integrar os principais instrumentos de planejamento e orçamento, a apresentação se organiza em torno dos três eixos temáticos que formam o Programa de Metas: Compromisso com os Direitos Sociais e Civis, Desenvolvimento Econômico Sustentável com Redução das Desigualdades e Gestão Descentralizada, Participativa e Transparente. As metas do Programa de Metas, quando mencionadas dentre as ações, são indicadas entre parênteses.

#### 3.1. Compromisso com os Direitos Sociais e Civis

##### i. Superação da Extrema Pobreza

A cidade de São Paulo possui, apesar de toda sua riqueza, um grande contingente de pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade social. Cerca de 15% dos paulistanos têm renda domiciliar mensal per capita igual ou inferior a R\$ 225,00; pior, mais de cem mil deles são extremamente pobres (com renda familiar mensal igual ou inferior a R\$ 70,00), grupo ao qual pertencem 1,84% das crianças paulistanas.<sup>15</sup> Centenas delas, aliás, são anualmente internadas no SUS por sofrer agressões de todo tipo, e outras milhares de mulheres sofrem violência sexual em nossa cidade; além disso, centenas de milhares de jovens mulheres dão à luz todo ano crianças que não têm plena condição de sustentar.<sup>16</sup> Lembremo-nos ainda que mais de 45 mil paulistanos vivem em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; que cerca de 14.400 pessoas vivem em situação de rua no município,<sup>17</sup> e que dezenas de milhares pessoas são internadas a cada ano em decorrência do uso de droga.<sup>18</sup>

Encontra-se, pois, no município de São Paulo uma quantidade relevante de pessoas com baixíssima capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar. Não por outra razão, a atual gestão, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, firmou uma série de compromissos para com essa parcela mais vulnerável da nossa população, como o de inserir nos próximos quatro anos aproximadamente 280 mil famílias com renda de até meio salário mínimo no Cadastro Único (Meta 1), de modo a atingir o número de 773 mil famílias cadastradas, e o de beneficiar 228 mil novas famílias com o Programa Bolsa Família – o que dobrará a quantidade de famílias contempladas pelo programa (Meta 2). Além disso, pretende-se expandir sobremaneira a rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São Paulo passará a ter, nos próximos anos, mais 60 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) (Meta 3), 7 Centros de Referência

<sup>15</sup> PNUD, IPEA e FJP.

<sup>16</sup> PNUD, IPEA e FJP.

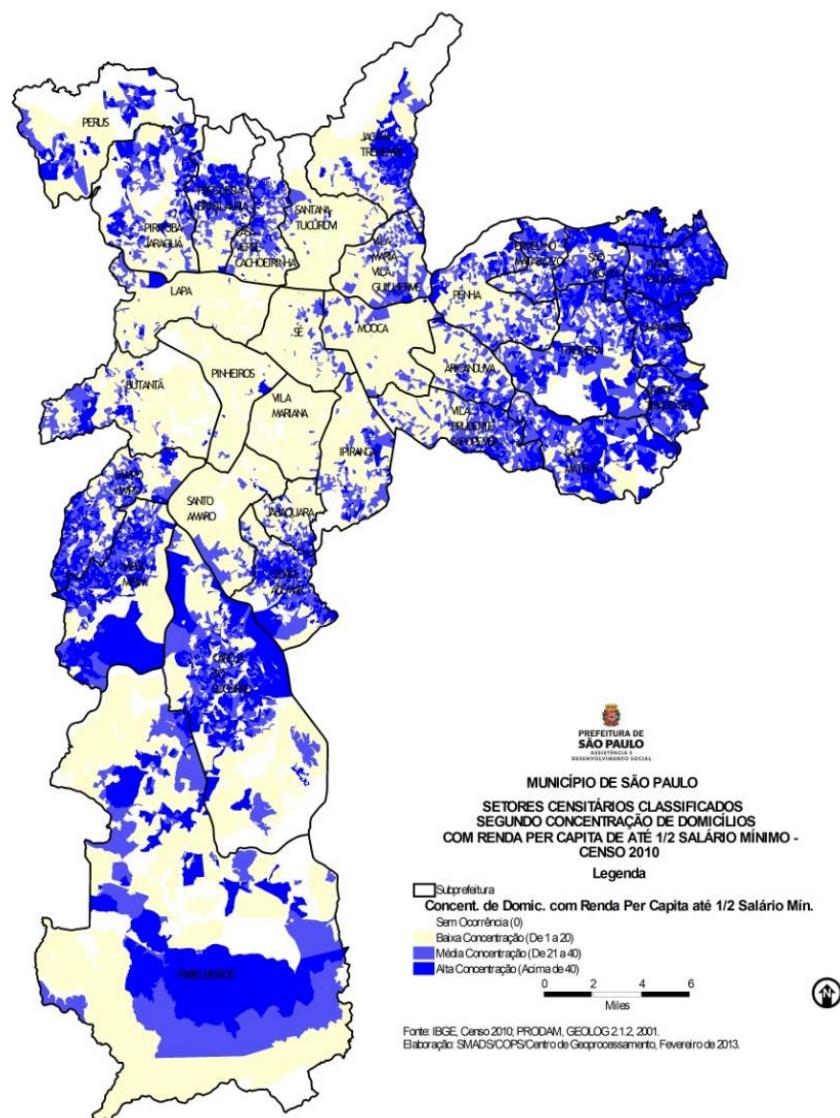
<sup>17</sup> Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

<sup>18</sup> Relatório brasileiro sobre drogas, 2009.

Especializada da Assistência Social (CREAS) (Meta 4), 5 Centros PopRua (Meta 8), 22 Serviços de Acolhimento Institucional (Meta 10), 2 restaurantes comunitários (Meta 9), e 12 Consultórios na Rua, os quais fortalecerão as equipes de saúde, abrangendo inclusive tratamentos odontológicos e relacionados ao abuso de álcool e outras drogas (Meta 11).

Essa expansão não será feita de modo desordenado. Pelo contrário: os principais equipamentos da rede direta de assistência social serão instalados conforme critérios bem definidos. A cobertura do CRAS e do CadÚnico, por exemplo, visará principalmente as famílias de baixa renda (até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo), em sua maioria habitantes dos extremos sul e leste da cidade, como nos mostra o mapa abaixo.

**Domicílios com renda mensal domiciliar per capita abaixo de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo  
(em %)**  
**Município de São Paulo – 2010**



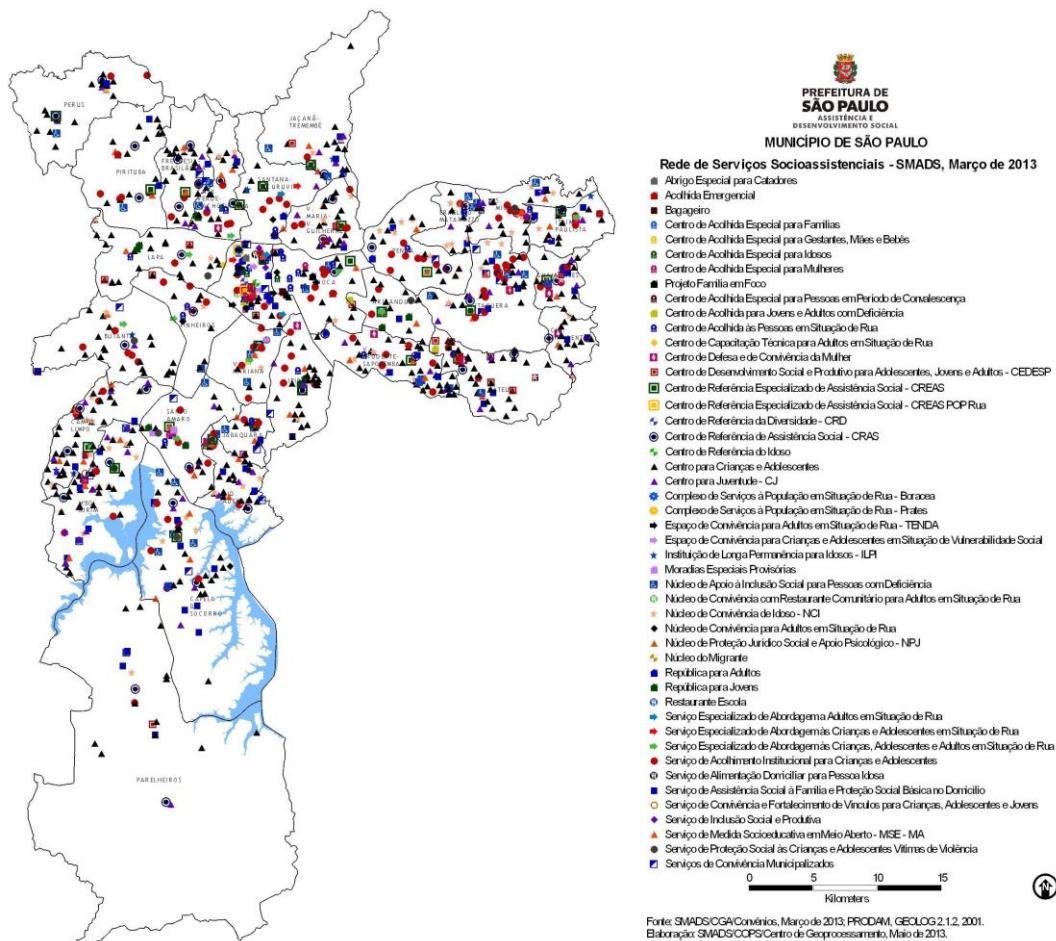
### Meta de Cadastramento no CadÚnico por Subprefeitura

Subprefeitura	Estimativa total de famílias com perfil baixa renda (até 1/2 salário mín.)	Total cadastrado no CadÚnico com perfil baixa renda (até 1/2 salário mín.)	Meta de cadastramento no CadÚnico
Aricanduva/ Formosa/ Carrão	15.775	6.046	9.729
Butantã	25.001	17.430	7.571
Campo Limpo	49.589	46.807	2.782
Capela do Socorro	47.026	40.623	6.403
Casa Verde/ Cachoeirinha	16.744	11.616	5.128
Cidade Ademar	37.262	19.111	18.151
Cidade Tiradentes	20.307	15.002	5.305
Ermelino Matarazzo	13.806	9.354	4.452
Freguesia/ Brasilândia	29.537	26.044	3.493
Guaianases	28.198	19.849	8.349
Ipiranga	24.525	14.011	10.514
Itaim Paulista	36.641	22.406	14.235
Itaquera	40.643	24.007	16.636
Jabaquara	14.033	6.888	7.145
Jaçanã/ Tremembé	20.420	10.388	10.032
Lapa	9.144	3.331	5.813
M'Boi Mirim	53.352	42.874	10.478
Mooca	13.958	6.038	7.920
Parelheiros	17.797	11.231	6.566
Penha	24.813	15.406	9.407
Perus	12.732	4.799	7.933
Pinheiros	12.384	932	11.452
Pirituba	28.476	17.164	11.312
Santana/ Tucuruvi	11.474	3.286	8.188
Santo Amaro	8.675	3.078	5.597
São Mateus	40.185	28.564	11.621
São Miguel	35.002	22.415	12.587
Sé	22.953	7.829	15.124
Vila Maria/ Vila Guilherme	16.907	7.754	9.153
Vila Mariana	13.181	1.403	11.778
Vila Prudente/ Sapopemba	32.586	20.997	11.589
<b>Total geral</b>	<b>757.352</b>	<b>480.637</b>	<b>276.715</b>

Já com relação à instalação de CREAS, adotaremos um critério regional, objetivando garantir a existência de ao menos um Centro em cada subprefeitura.

## Rede de Serviços Socioassistenciais

### Município de São Paulo – 2010



Do mesmo modo, a hoje imprescindível relação da Prefeitura com a rede socioassistencial conveniada, constituída por 1.156 convênios com capacidade para assistir 217.760 pessoas, deverá ser reordenada, de modo a garantir o atendimento adequado da população necessitada.

No que se refere à administração da assistência social, a atual gestão pretende não apenas descentralizar e democratizar sua gestão e sua execução, atribuindo-as aos territórios correspondentes nas 32 subprefeituras, mas também avançar na instalação de sistemas informatizados de registro de atendimento, demanda e monitoramento da execução da política assistencial, o que permitirá a efetivação da Política de Educação Permanente e o efetivo controle social com a participação dos usuários.

## ii. Acesso à Moradia Adequada

Três graves problemas se apresentam àquele que se debruça sobre o tema da habitação em São Paulo: a inadequação dos domicílios existentes, o déficit de moradias e a

existência de indivíduos e famílias cuja renda não é suficiente para garantir o acesso regular a habitações dignas. Uma grande quantidade de domicílios na cidade é assolada pela ausência total ou parcial de infraestrutura urbanística básica, pela irregularidade jurídica ou fundiária da posse ou da propriedade e/ou pela ausência de espaço interno suficiente para as funções do morar. O município apresenta um total de 889.808 domicílios nesta situação, dos quais aproximadamente 42,8% (ou 381.151 domicílios) localizam-se em favelas e 43,0% (ou 383.044 domicílios) em loteamentos; os demais (aproximadamente 15% do total dos domicílios inadequados) encontram-se em áreas urbanizadas, mas ainda sem regularização jurídica e legal (os chamados “núcleos”), em cortiços ou em conjuntos habitacionais (PMH, 2009).<sup>19</sup>

### Inadequação habitacional Município de São Paulo – PMH 2009

Tipo de Assentamento	Mananciais (1)	Norte (1)	Sul (1)	Sudeste (1)	Leste (1)	Centro (1)	Difuso (1)	Total
Favela a remover	2.412	3.968	2.872	7.679	5.770	0		22.701
Favela titulada	0	13.684	24.718	0	10.322	0		48.724
Favela	52.474	48.044	90.203	57.301	50.980	10.724		309.726
Núcleo urbanizado	11.193	7.403	1.973	1.051	2.640	262		24.522
Loteamento	47.680	23.033	8.505	75	55.833	0		135.126
Loteamento urbanizado sem auto de regularização	46.562	26.379	33.488	18.172	89.385	0		213.986
Loteamento urbanizado com auto de regularização	5.789	11.357	2.960	4.492	9.334	0		33.932
Conjunto habitacional irregular	669	8.128	4.657	2.533	3.056	1.659		20.702
Cortiços	0	0			11.086	69.303		80.389
<b>Total</b>	<b>166.779</b>	<b>141.996</b>	<b>169.376</b>	<b>91.303</b>	<b>227.320</b>	<b>23.731</b>	<b>69.303</b>	<b>889.808</b>

(1) HABISP, fevereiro de 2009.

Dado obtido a partir do número levantado pela Fundação Seade pra o total do município (70.389), do qual foi subtraído o levantamento do HABISP para as subprefeituras Sé e Mooca.

O quadro, que é evidentemente grave, será amenizado nos próximos anos por programas como o de Regularização Fundiária (Meta 37), o de Urbanização de Favelas (Meta 36) e o Programa de Mananciais (Meta 84).

Quando se fala de déficit de habitações, tem-se em vista dois problemas: o **déficit por incremento**, que exprime a coabitação familiar *indesejada*, e reflete um processo de formação de novos domicílios incapaz de acompanhar o crescimento demográfico, e o **déficit por substituição**, composto pelos domicílios rústicos (construídos com materiais impróprios) e por aqueles situados em áreas de risco ou impróprias à ocupação – casos geralmente associados à precariedade do assentamento (favela, cortiço, loteamento, etc.) –, bem como pelos que serão

---

<sup>19</sup> Informações adquiridas no Plano Municipal de Habitação (PMH), 2009, com levantamentos feitos pelos técnicos da Secretaria de Habitação. Em relação aos cortiços, dados são da Secretaria de Habitação (subprefeituras Sé e Mooca) e também da Fundação Seade (difuso).

removidos para a execução de obras públicas. Os domicílios a substituir respondem por um déficit de 133.291 moradias na cidade de São Paulo, oriundo majoritariamente de áreas de favelas (82% do total), notadamente nas regiões sul e sudeste, responsáveis, juntas, por 44% do déficit total no município<sup>[2]</sup>. Some-se a isso a falta de aproximadamente 94 mil domicílios, referentes à coabitAÇÃO indesejada<sup>[3]</sup>, e se chegará a um déficit habitacional total de cerca de 227 mil domicílios. Para diminuí-lo, a Prefeitura conta com o Programa de Provisão Habitacional e o Programa de Aquisição de Imóveis para Provisão Habitacional.

São Paulo tem ainda muitos moradores em situação de rua e famílias com renda comprometida com ônus excessivo com aluguel. Estima-se que cerca de 163 mil domicílios contam com moradores que comprometem mais de 30% de sua renda com aluguel,<sup>20</sup> e que aproximadamente 14.400 mil pessoas se encontram em situação de rua.<sup>21</sup>

Para enfrentar este cenário, a Secretaria de Habitação promoverá, além dos programas básicos supracitados (já em andamento), as seguintes ações: os Planos de Ação Integrada (PAIs), através dos quais a SEHAB, em conjunto com outras secretarias, dotará de infraestrutura, implantará equipamentos e construirá unidades habitacionais em grandes perímetros vinculados às sub-bacias hidrográficas; e a articulação com as diretrizes do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, que nos ajudará sobremaneira a reduzir o déficit habitacional da cidade.

Os principais resultados concretos de todos esses esforços em prol da melhoria da dramática situação habitacional da cidade serão, após a execução das obras citadas e de outras ações em andamento, a construção, nos próximos anos, de aproximadamente 55 mil unidades habitacionais para população de baixa renda (Meta 35), e da contemplação de cerca de 70 mil famílias pelo Programa de Urbanização de Favelas (Meta 36), de cerca de 200 mil famílias pelo Programa de Regularização Fundiária (Meta 37) e de aproximadamente 70 mil famílias pelo Programa de Mananciais (Meta 84) – através do que se pretende diminuir consideravelmente o déficit habitacional atual. Todas estas metas são entendidas como consequência de grandes transformações urbanas e fundiárias em trechos carentes do município.

### **iii. Educação de Qualidade Para Todos**

A rede de ensino do município São Paulo é o maior sistema municipal de ensino do país, com cerca de 940.000 alunos matriculados, 84.000 profissionais e mais de 2.700 escolas. Em 2012, a rede atendia 214.094 alunos em creches (de zero a três anos) e 183.257 nas pré-escolas (quatro e cinco anos). Apesar do tamanho dessa rede, esses números ainda são insuficientes para atender a demanda de uma cidade como São Paulo, cuja população com

<sup>[2]</sup> Idem.

<sup>[3]</sup> Informações adquiridas no Plano Municipal de Habitação (PMH), 2009, com estimativas da Fundação João Pinheiro.

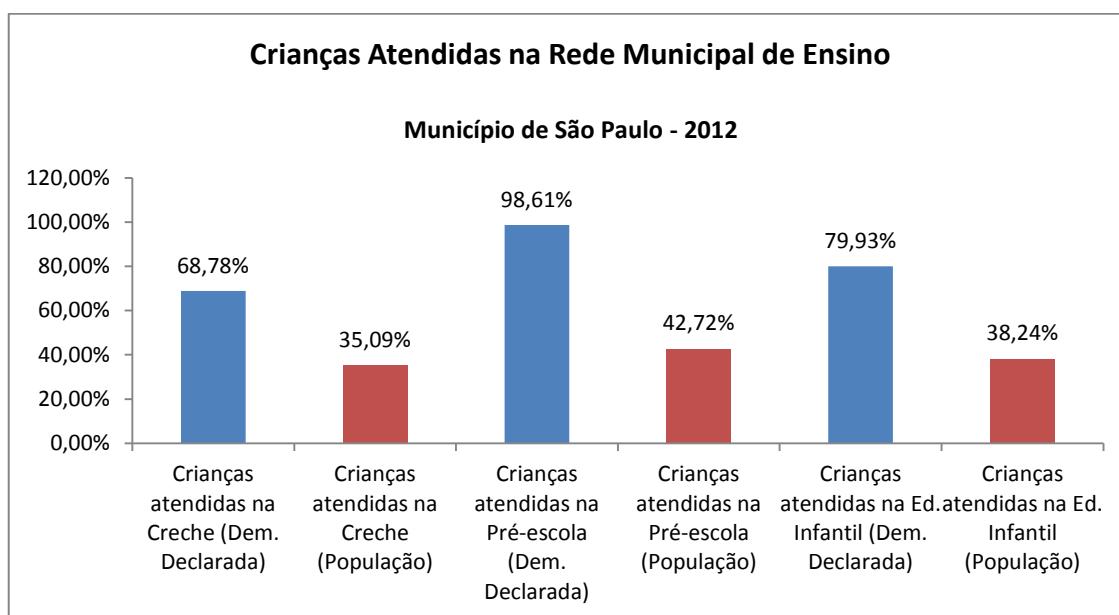
<sup>20</sup> Informações adquiridas no Plano Municipal de Habitação (PMH), 2009, com estimativas da Fundação João Pinheiro e consultoria especializada contratada, que se baseou na projeção demográfica da Fundação Seade.

<sup>21</sup> Informações adquiridas no Plano Municipal de Habitação (PMH), 2009, com estimativas da Fundação Seade.

idade entre zero a cinco anos soma mais de 770 mil crianças, em um total de 2.286.336 crianças e jovens de zero a 14 anos.<sup>22</sup>

A demanda latente na área de Educação aponta principalmente para a necessidade de equipamentos de creches e abertura de vagas para crianças de até 3 anos. Essa demanda é sensível ao observar que o percentual de crianças atendidas em creches públicas em relação ao total de crianças do município nesta idade é de apenas 35,09%.<sup>23</sup> Em relação ao total da demanda declarada das famílias por esse serviço esse índice é de 68,78%,<sup>24</sup> isto é, existem ainda cerca de 110 mil crianças na fila de espera por vagas em creche.

Já em relação à pré-escola, atualmente são atendidos 98,61%<sup>25</sup> da demanda declarada, mas sabe-se que pelo total de crianças nessa idade no município de São Paulo, apenas 42,72% são atendidas pelo serviço público municipal de pré-escola.<sup>26</sup>



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Fundação Seade

Para lidar com o déficit de vagas em creches, o governo municipal propõe a construção de 243 Centros de Educação Infantil (29 construídos pelo próprio município, 42 em parceria com o Governo estadual e 172 em parceria com MEC) (Meta 17), criando cerca de 53 mil vagas na rede de atendimento. Além disso, 65 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e um Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) devem ser construídos (Meta 18), gerando aproximadamente 35 mil vagas. A construção de 20 Centros Educacionais Unificados (CEU) também contribuirá com essa ampliação, com 10 mil novas vagas (Meta 16). Com o mesmo intuito, a Secretaria Municipal de Educação prevê o acréscimo de convênios com instituições não governamentais (Meta 19), o que levará à criação em torno de 52 mil vagas, atingindo um total de 150 mil novas vagas de educação infantil na rede municipal.

<sup>22</sup> Fundação SEADE

<sup>23</sup> Secretaria Municipal de Educação e IBGE e SMDU/DIPRO. Dezembro de 2012.

<sup>24</sup> Secretaria Municipal de Educação e IBGE e SMDU/DIPRO. Dezembro de 2012.

<sup>25</sup> Secretaria Municipal de Educação e IBGE e SMDU/DIPRO. Dezembro de 2012.

<sup>26</sup> Secretaria Municipal de Educação e IBGE e SMDU/DIPRO. Dezembro de 2012.

Ampliar o alcance e melhorar a qualidade do atendimento na Educação pública são objetivos da Secretaria Municipal de Educação. Além das ações para ampliação de equipamentos públicos de educação, a Secretaria se compromete com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e com o Programa Mais Educação São Paulo, focado em Reorganização Curricular, Diretrizes Programáticas, políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Meta 7), ampliação da jornada de escolar e Formação dos profissionais de educação.

Para a melhoria da qualidade do ensino, é necessário implantar uma medida orgânica de formação dos profissionais da educação, promovendo reconhecimento, reflexão crítica e aperfeiçoamento das práticas curriculares. Para isso, a Secretaria Municipal de Educação irá instalar 31 polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Centros Educacionais Unificados (CEUs), onde serão ofertados cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização e mestrado, incentivando a formação dos educadores (Meta 14).

Além disso, será ofertada a 100 mil alunos da rede municipal a ampliação da jornada escolar (Meta 15). A implementação de um Programa de Educação Integral que atenda aos diferentes níveis e modalidades de ensino e promova a ampliação do tempo de permanência dos estudantes sob os cuidados da escola será realizada de forma a expandir e estimular atividades esportivas, culturais, artísticas e tecnológicas, para a integralidade da educação.

Em diálogo com o compromisso de qualidade e eficiência da educação municipal pública, a cidade de São Paulo aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que é um compromisso público para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Essa iniciativa e as demais supracitadas fazem parte de um projeto maior, de Reforma no Sistema Municipal de Ensino por meio do *Programa Mais Educação São Paulo*.

O Programa Mais Educação propõe a reorganização curricular e administrativa, ampliação e fortalecimento da rede municipal de Ensino para promover a melhoria da qualidade social da Educação Básica e, consequentemente, dos seus indicadores de qualidade, entre eles o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).<sup>27</sup>

Repensando as atuais estruturas de ensino e buscando combater as fragilidades inerentes à forma de ensino e aprendizagem nas escolas, a reorganização curricular faz parte da proposta da Secretaria Municipal de Educação para romper com a progressão continuada e reestruturar o Ensino Fundamental em três ciclos internos de acordo com o processo de aprendizagem ideal para cada idade.

O Ciclo I, que está atrelado ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, tem como um dos principais objetivos garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade. O Ciclo II Interdisciplinar (4º ao 6º anos) corresponde à fase de articulação e de integração dos componentes curriculares ligados a uma gradual apresentação e outros olhares

<sup>27</sup> Notas a serem atingidas: no Ciclo I, elevar a nota de 2011 (4,8) para 5,4 em 2015 e 5,7 em 2017; no Ciclo II, elevar a nota de 2011 (4,3) para 5,3 em 2015 e 5,6 em 2017.

sobre o mundo trazido pelas disciplinas integradas e pelo convívio com mais professores, possibilitando a superação de um sistema rígido e uniformizado em direção a formas inovadoras de organização do tempo e do espaço para o desenvolvimento curricular. Estes ciclos preveem avaliação e retenção apenas no último ano de cada. Já o Ciclo III Autoral, refere-se aos três últimos anos do Ensino Fundamental, possui avaliação em todos os anos e inova com a entrega de um Trabalho de Conclusão de Ciclo (TCC) de caráter interdisciplinar. Neste ciclo, o trabalho com leitura, escrita e solução de problemas matemáticos, com pesquisa em todas as áreas do conhecimento, estimula os alunos à autoria.

Além da ampliação da oferta de vagas e da melhoria da qualidade de ensino, a Secretaria Municipal de Educação comprehende a necessidade de promover incentivos e condições àqueles que não tiveram acesso à educação básica e ampliará em 20 mil vagas à EJA (Meta 7).<sup>28</sup>

#### **iv. Saúde de Qualidade Para Todos**

A cidade de São Paulo abriga um importante complexo médico-hospitalar de referência nacional e internacional. Integram o complexo 444 unidades básicas de saúde (UBS) e 53 hospitais gerais ou especializados que fazem parte de uma rede de quase 1.200 equipamentos públicos. Esse conjunto, no entanto, é insuficiente para atender toda a demanda dos paulistanos por serviços de saúde. Assim, a Secretaria Municipal de Saúde planeja um conjunto de medidas que se enquadram em quatro eixos principais: a ampliação e aperfeiçoamento da rede assistencial, a disponibilização do acesso em tempo adequado com qualidade e atendimento integral, a descentralização dos equipamentos e o aprofundamento do controle social do SUS. O planejamento dessas medidas, no entanto, não pode ser feito sem levar em conta as disparidades regionais e a dinâmica populacional da cidade.

Com a estabilização da população do município de São Paulo e a queda da taxa de crescimento populacional, ocorreram mudanças importantes na pirâmide etária paulistana: reduziu-se a proporção de crianças e adolescentes e aumentou-se a parcela de idosos. Não obstante, as taxas brutas de natalidade se mantêm praticamente estáveis na cidade e nas suas regiões. Por sua vez, as taxas brutas de mortalidade mostram uma tendência de elevação, esperada devido ao envelhecimento populacional, porém ainda inferiores nas Coordenadorias Regionais de Saúde Leste e Sul, o que pode ser explicado pela maior proporção de jovens nessas regiões.

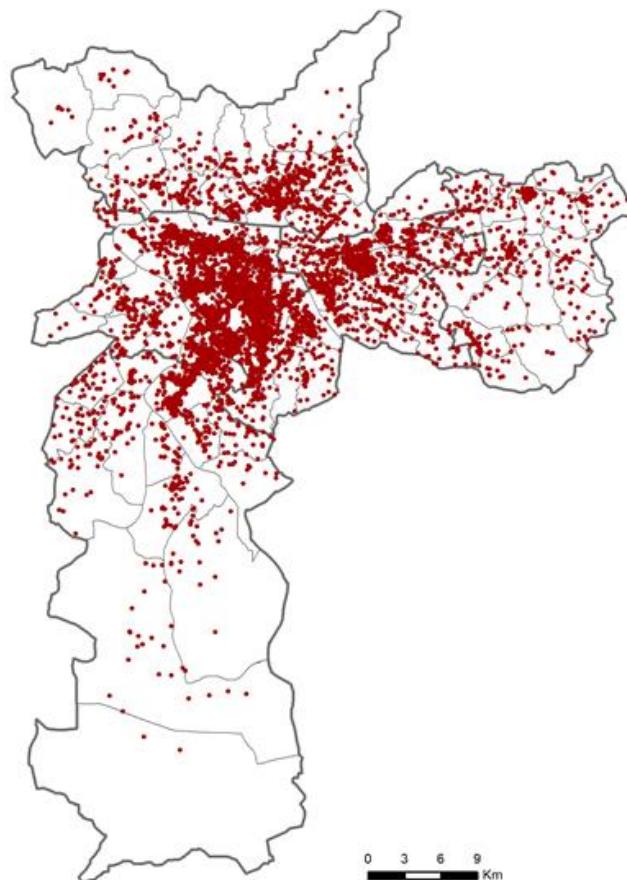
Pelo aspecto da distribuição geográfica dos equipamentos públicos de saúde, vale ressaltar que ela se dá de maneira heterogênea. A concentração dos serviços públicos de saúde cresce conforme seu grau de especialização: quanto mais especializado o tipo de serviço prestado, maior é a sua concentração na área central da cidade. Assim, para atendimentos especializados, serviço em que a administração estadual é predominante, a necessidade de deslocamento da população é maior. O contrário ocorre com a rede de Assistência Básica (AB),

<sup>28</sup> Atualmente são 56.170 alunos jovens e adultos atendidos na rede municipal.

com a maior parcela sob administração municipal, pela sua maior oferta e capilaridade. Por essa característica, é essencial que a PMSP amplie os serviços da AB em regiões periféricas da cidade para reduzir o deslocamento dos cidadãos até os serviços de saúde.

### Estabelecimentos de Saúde (Públicos e Privados)

Município de São Paulo - 2010



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

A fim de expandir a rede municipal de saúde, a gestão na Secretaria de Saúde, a partir de 2006, priorizou a implantação de um modelo de ampliação de consulta não agendada, sem prontuário, realizada em pronto-atendimentos (PA) chamados AMA. O modelo foi lançado como uma ampliação da AB e sua produção foi registrada como consulta médica básica de urgência. Entre 2006 e 2009 a razão de consultas (somando a produção das AMA com as da UBS) apresentou grande crescimento. Entretanto, esse desenvolvimento escondia uma tendência oposta de aumento dos atendimentos nas AMA e redução nas UBS – entre 2009 e 2012, a razão de consultas médicas básicas SUS realizadas em UBS, para cada 100 habitantes, e a razão de consultas médicas básicas em urgência, realizadas em UBS, para cada 100 habitantes, diminuiu de 69,0 para 65,5 e de 2,57 para 0,94,<sup>29</sup> respectivamente. A atual gestão da SMS entende que é necessário reverter essa tendência através da expansão da rede de UBS. Esta é desejável por refletir um sistema de saúde integral de atenção básica que contribui para a descentralização dos serviços de saúde.

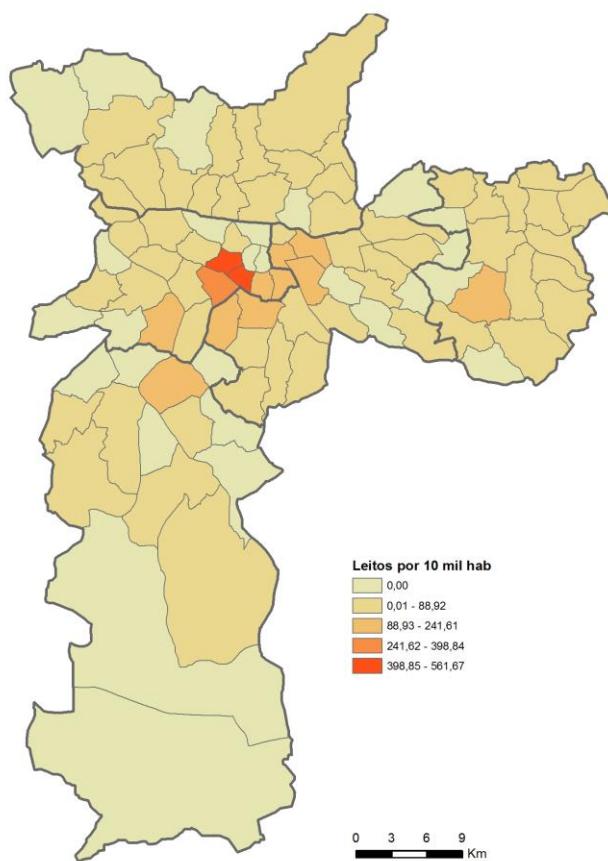
<sup>29</sup> SIASUS e Fundação SEADE

Pretende-se, portanto, ampliar o serviço com a instalação de 43 novas UBS, segundo o modelo de UBS Integral (Meta 24). Por esse modelo, as UBS: estão abertas aos problemas de saúde da sua região e a diversidade das condições de uso; incorporam e matriculam, com adscrição, mas sem proibição, estudantes e trabalhadores por local de atividade; integram a atividade programática com o atendimento não agendado, rompendo a segmentação e a fragmentação da situação da UBS com as AMA; atuam na promoção da saúde de forma intersetorial e com a comunidade; atendem a pessoa de forma integral, com porta aberta e resolutiva aos problemas de saúde, com ações multidisciplinares, que resolvem a maioria dos problemas e que organizam as condições para coordenar a continuidade do cuidado com os outros pontos de atenção da rede, quando necessário.

Da mesma maneira, visando ampliar a abrangência do sistema municipal de saúde, o número de leitos será ampliado em 750 em três novos hospitais municipais, construídos em regiões carentes desse serviço: Parelheiros, Brasilândia e Vila Matilde (Meta 22).

### **Leitos por 10 mil Habitantes**

Município de São Paulo – 2010



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

A construção desses hospitais atende reivindicações históricas dos movimentos populares por melhorias do acesso a atenção hospitalar e devem contribuir de maneira significativa para a melhoria da relação leitos por habitantes nas três regiões. Outros 250 leitos serão ativados com as recuperações e/ou adequações de outros 16 hospitais (Meta 23).

Também é imperativo melhorar a eficiência do SUS na cidade de São Paulo, pois a expansão do acesso, isoladamente, não implica necessariamente melhoria do atendimento. Além do alto tempo médio entre o agendamento e a realização de consultas e exames – entre 2009 e 2012, o tempo médio de atendimento<sup>30</sup> pelo Programa de Saúde da Família e por clínica médica/clínica geral aumentou, respectivamente, de 13 para 27 e de 42 para 49 dias, e o tempo médio entre o agendamento e a realização de tomografia e mamografia aumentou, respectivamente, de 8 para 30 e de 22 para 40 dias – , os 21,1%<sup>31</sup> de absenteísmo nas consultas marcadas na cidade refletem a ineficiência do sistema de saúde e precisam ser prontamente combatidos para evitar o desperdício de recursos públicos. Dentre as muitas causas desses altos índices, destacam-se as dificuldades para agendamento de consultas e exames e as distâncias percorridas até os atendimentos.

Para facilitar o agendamento e o planejamento dos pacientes e diminuir o tempo entre marcação e realização da consulta, a atual gestão municipal planeja estabelecer 32 unidades da Rede Hora Certa (Meta 20). A Rede Hora Certa reunirá consultas especializadas, exames de apoio diagnóstico e cirurgias eletivas ambulatoriais, redefinindo fluxos de trabalho e protocolos de atendimento em toda a rede de saúde, otimizando, assim, a capacidade instalada e integrando linhas de cuidado em cada região da cidade.

Sob o prisma da regionalização da administração municipal, serão estruturadas Redes Regionais de Atenção à Saúde. A estruturação e desenvolvimento dos serviços em Redes de Atenção envolvem diferentes serviços vinculados entre si, a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial compatível a essa estrutura reticular. A integração dos serviços de saúde pretendida por meio das Redes assistenciais reconhece a interdependência entre eles e buscará garantir acesso aos diferentes níveis de atenção. A atenção básica será a atividade nuclear na funcionalidade das redes como articuladora dos diferentes serviços. A atenção básica coordenará o cuidado e os fluxos dos pacientes no sistema, ajustando a territorialização e gestão, de modo que cada região definida no município seja autossuficiente na atenção secundária e terciária (média e alta complexidade).

A eficiência do sistema passa ainda pela participação da sociedade civil na sua gestão. Assim, é imprescindível o aprofundamento do processo de controle social do SUS no âmbito da gestão de serviços e institucionalização de processos de gestão participativa. Dessa forma, devem ser fortalecidos a Conferência Municipal de Saúde, os Conselhos Gestores e o Conselho Municipal da Saúde.

## **v. Acesso à Cultura**

A cidade de São Paulo é hoje um centro de consumo e produção cultural de relevância não apenas em nível nacional, mas também internacional. Sede de milhares de grandes e pequenos eventos e portadora de enorme diversidade, suas múltiplas e intensas demandas

<sup>30</sup> Dias de intervalo entre a data do agendamento e a data da consulta.

<sup>31</sup> SIGA-Secretaria Municipal de Saúde.

culturais devem se refletir nos seus equipamentos públicos. Os canais de fomento da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) precisam dar vazão aos anseios de produção cultural de seus habitantes, de forma que a gestão municipal precisa planejar a expansão dos seus serviços desenvolvendo e descentralizando a rede já existente.

Com 2,05 equipamentos de cultura para cada 100 mil habitantes, fica clara a necessidade de expandir essa rede. Pior, essa infraestrutura, além de insuficiente, se distribui de maneira heterogênea, dificultando seu uso por populações de várias áreas periféricas. Para ilustrar essa desigualdade, basta dizer que entre os 96 distritos do município, 60 não possuem centro cultural algum, 59 não possuem nenhum cinema, embora existam 55 destes na cidade, e quase um quarto não oferece qualquer biblioteca pública.<sup>32</sup>



Dessa maneira, os programas da SMC pretendem democratizar o acesso e reduzir a desigualdade da oferta cultural na cidade. Para tal, o planejamento da Secretaria organiza-se em três eixos: a) reconhecimento da abrangência e da diversidade das dinâmicas culturais da cidade; b) implantação de uma gestão territorial da cidade em seu conjunto; e c) promoção de

<sup>32</sup> Secretaria Municipal da Cultura.

uma efetiva articulação entre cultura e outras políticas públicas, de maneira a otimizar o alcance e a efetividade das ações.

Em concordância com estes eixos e para reduzir o contraste entre áreas ricas em infraestrutura cultural e aquelas desprovidas de oferta é necessário requalificar os equipamentos e serviços públicos disponíveis, integrando, por exemplo, bibliotecas e os centros culturais à vida cotidiana do cidadão. Para isso é preciso envolver a comunidade na vida dos equipamentos, integrar os programas e tornar mais eficaz e abrangente sua intervenção por meio de serviços e programação. Além disso, planeja-se a instalação descentralizada de 3 novos Centros Culturais de Referência (Meta 29) e a readequação, reforma ou construção de outros 16 equipamentos culturais na periferia (Meta 27). Ainda, contribuindo para facilitar o acesso a serviços públicos de cultura, a SMC conduzirá o programa Cultura Viva Municipal, por meio do qual fará a ativação de 300 Pontos de Cultura (Meta 30). A atual administração pretende também finalizar a construção da Fábrica do Samba, importante espaço para a organização do Carnaval de São Paulo.

São Paulo, no entanto, não abriga somente eventos do porte do seu Carnaval, de maneira que o Calendário anual de eventos prevê uma grade de atividades regulares para a população, incorporando a Virada Cultural e agregando outros eventos culturais de grande e pequeno porte nas periferias e no centro ao longo de todo o ano (Meta 28).

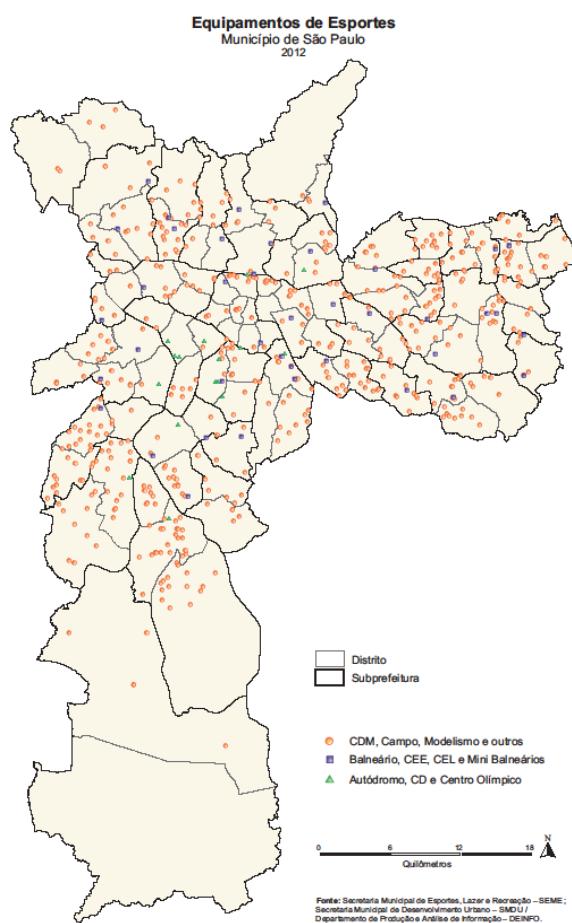
De maneira complementar à expansão da estrutura cultural, identifica-se a necessidade de aumentar também a abrangência das suas ações de fomento. Assim, a SMC buscará atingir 160 projetos anuais de fomento às linguagens artísticas (Meta 33) e outros 1.085 pelo Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) (Meta 34), além da oferta de 300 Bolsas Cultura (Meta 32). Para as artes, a produção simbólica e as linguagens estão previstas políticas de acesso, formação, fomento e difusão específicas para cada um dos segmentos artísticos com a previsão de mais 400 projetos fomentados até 2017. Ainda, com a implantação da empresa pública SP Cine, será possível o cumprimento de objetivos importantes como a renovação do fomento ao teatro, a implantação de uma política pública para a dança e o desenvolvimento do audiovisual paulistano. Para disseminar a leitura, a Secretaria implementará o Plano Municipal de Livro e Leitura junto às bibliotecas, escolas e famílias.

Para aperfeiçoar o planejamento e o monitoramento das políticas municipais de forma participativa, é fundamental aumentar os canais de comunicação entre a Secretaria de Cultura e a sociedade civil. Assim, está em elaboração o Plano Municipal de Cultura, baseado no diálogo já iniciado pela Secretaria através do programa #existediálogoemSP, e pela III Conferência Municipal de Cultura. As Casas de Cultura, equipamentos fundamentais para ampliar a oferta cultural pelas regiões da cidade, estão retornando à Secretaria de Cultura e farão parte de uma política municipal orgânica e integrada. No que toca à integração entre cultura e educação, os CEUs retomarão sua vocação inicial, de instrumento multidisciplinar de formação, programação e dinamização da cultura produzida na comunidade. Contribuirão também para a participação popular o Conselho Municipal de Cultura, o Sistema de Indicadores e Informações Culturais e o Fundo Municipal de Cultura.

Dentro de um plano municipal de ocupação dos espaços públicos, a SMC também pretende garantir a convivência cultural e social nos espaços públicos, o que em 2013 já garantiu uma nova configuração do carnaval de rua em São Paulo, e que se estenderá a outras manifestações de rua.

## **vi. Promoção do Esporte e Lazer**

A cidade de São Paulo é um centro revelador de atletas de alto desempenho, mas é também uma cidade de milhares de atletas amadores e pessoas que praticam atividades físicas para seu bem estar, saúde e lazer. A cidade abriga uma infinidade de eventos esportivos de pequeno, médio e grande porte de relevância regional, nacional e internacional, porém o número de equipamentos esportivos – 496 municipais<sup>33</sup> – está longe de ser suficiente e territorialmente bem distribuído – contamos apenas 4,35 equipamentos por cem mil habitantes, com uma distribuição regional bastante desigual.



Assim, a Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) irá ampliar o número de equipamentos na cidade, com o objetivo de ampliar o acesso e reduzir disparidades regionais.

<sup>33</sup> SEME, 2012

A fim de expandir o acesso às praças esportivas, a Secretaria projeta a criação de 5 Centros de Iniciação Esportiva - CIEs – (Meta 49) e a requalificação de 50 equipamentos esportivos em Centros Desportivos da Comunidade (CDC) (Meta 48). Além disso, atendendo a demanda difusa da população por esportes radicais, a criação do Parque de Esportes Radicais absorverá as atividades destas modalidades em um espaço multifuncional na região central da cidade (Meta 46).

Há muito a ser feito ainda para conscientizar a população quanto à importância de atividades de esporte, lazer e recreação e seu papel na melhoria da saúde física, emocional e mental. Assim, além de apoiar os pequenos, médios e grandes eventos na cidade, esta gestão pretende atrair a população jovem, integrando toda a rede de esportes, lazer e recreação à lógica da educação integral municipal. Os clubes serão parte integrante do sistema municipal de ensino, com a integração dos seus calendários às escolas municipais. Além disso, associando-se a uma política municipal de utilização do espaço público, a SEME promoverá a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer por 24 horas aos finais de semana nas 32 Subprefeituras (Meta 47). Essa iniciativa deve permitir que a população desfrute desses serviços em horários alternativos, aumentando assim sua familiaridade e interesse pelas atividades.

Em um período estratégico para a história do esporte no país, em que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos serão sediados em território nacional, a Prefeitura pretende fortalecer ainda mais o papel da cidade nesses e outros eventos deste porte no mundo, a SEME planeja a ampliação e modernização de 1 Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e a construção de 1 Centro Olímpico de Iniciação e Formação (Meta 45), além de uma rede de quatro centros esportivos municipais, estrategicamente localizados em cada região. Complementando essa infraestrutura, a Secretaria garantirá o apoio aos atletas com a implementação do Bolsa Atleta Municipal e do Time São Paulo - programa que apoiará a participação de atletas em competições.

## **vii. Dignidade, Cidadania e Direitos Humanos**

A cidade de São Paulo ainda é palco de situações de violência, discriminação e segregação, culminando no esvaziamento dos espaços públicos e no distanciamento entre governo e sociedade civil. Esse cenário demonstra a necessidade de estabelecer uma nova política de cidadania e uma nova proposta de participação social, com olhar para a cultura de promoção dos direitos humanos na cidade.

As ações de violência e violações cotidianas aos direitos humanos podem ser ilustradas, por exemplo, pelo aumento da criminalidade e dos homicídios na cidade. Os moradores da periferia são as principais vítimas dessa situação. Enquanto o número de óbitos por homicídio a cada cem mil habitantes no município foi de 7,52 em 2011, este indicador foi

de aproximadamente 15 homicídios por cada cem mil habitantes no Jardim Ângela e Parelheiros.<sup>34</sup>

Além disso, tomando por referência o resultado apurado pelo Indicador-Síntese de Direitos Humanos, consolidado a partir do *Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos (SIM-DH)* para 2004-2010,<sup>35</sup> constata-se uma persistente disparidade entre as regiões centrais e periféricas do Município quanto à garantia dos direitos humanos; de acordo com este mesmo índice, metade das Subprefeituras paulistanas possui situação apenas intermediária e/ou insatisfatória. Ainda, regiões como Parelheiros, Capela do Socorro, São Miguel e Itaim Paulista não apresentaram qualquer tendência de melhora nesse período.

Visando à melhoria deste cenário, o fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos no município faz parte de um processo de construção institucional iniciado com a criação da Comissão Municipal de Direitos Humanos em 2002, e ampliado agora com a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

A SMDHC incentivará a cultura de solução pacífica de conflitos e a educação em direitos e cidadania por meio da implantação da educação em direitos humanos, com ênfase no quadro docente da rede de ensino municipal (Meta 63) e no corpo da guarda civil metropolitana (GCM). Serão mais de 6 mil agentes da GCM capacitados em Direitos Humanos e 2 mil em Mediação de Conflitos (Meta 39). As Casas de Mediação das 31 inspetorias regionais da GCM serão reestruturadas, garantindo infraestrutura para o desenvolvimento dessas práticas (Meta 42).

Atuar no combate à violência contra crianças e adolescentes também está dentre as atribuições da SMDHC. O foco será o enfrentamento à exploração sexual de menores nos territórios de maior vulnerabilidade, combinada ao fortalecimento dos conselhos tutelares, através de melhorias em infraestrutura e da formação permanente dos profissionais em direitos humanos (Meta 66).

Outra ação importante será a criação e implementação de uma Política Municipal para Migrantes e a promoção de ações permanentes de Combate à Xenofobia (Meta 65). Também será fundamental a promoção do direito à memória e à verdade como pauta de direitos humanos na cidade de São Paulo, tendo como meta a Criação da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça no âmbito do Executivo municipal (Meta 64).

Para lidar com os complexos cenários que se apresentam sobre o tema de direitos humanos, busca-se realizar a articulação das políticas entre os diversos setores da gestão, promovendo transversalidade em políticas públicas. Entre estas ações transversais, está a criação da Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos (Meta 62).

---

<sup>34</sup> DATASUS

<sup>35</sup> Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos. Disponível em:  
<http://www.simdh.com.br/apres/index.php>.

Especificamente, nos seguintes parágrafos tratamos de temas que receberão atenção especial nos próximos anos.

- **Respeito à Diversidade Sexual**

A população LGBT é alvo de preconceitos e violências na cidade. Em 2009 a Fundação Perseu Abramo publicou uma pesquisa divulgando o nível de preconceito percebido em relação aos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais no Brasil: 45% da população tinha algum tipo de preconceito considerado médio e forte. De acordo com a pesquisa realizada pela Unesco em 2004 com estudantes, pais e professores, cerca de  $\frac{1}{4}$  dos alunos não gostariam de ter um colega de sala homossexual. Ainda segundo a mesma pesquisa feita em 14 capitais, 22% dos professores entendiam a homossexualidade como doença. Em 2012, foram 817 denúncias de violações de homofobia na cidade de São Paulo encaminhadas ao poder público federal, um aumento de 60,83% em relação ao ano anterior.<sup>36</sup> Ainda que subnotificadas, a escalada de violências encaminhadas, que abarcam muito mais do que as violências tipificadas no código penal, confirma a relevância da promoção e ampliação dos direitos humanos na cidade de São Paulo.

Define-se preconceito e violência contra a população LGBT enquanto violações de direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero envolvendo variadas espécies de abusos e discriminação. A notificação dessas violações tem sido fundamental para garantir a visibilidade e essencial para aprofundar o conhecimento de suas vítimas e características, antes encobertas por notificações de outras causas e naturezas. Uma das propostas para o próximo período será ampliar, detalhar e analisar o mapeamento de ocorrências homofóbicas no âmbito do município, através da Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos (Meta 62).

Para enfrentar esse cenário, a SMDHC irá desenvolver ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual, fundamentais na consolidação de uma sociedade mais igualitária e uma cultura pluralista (Meta 61). Colocará em prática o Plano Municipal de Combate à Homofobia, elaborado nas Conferências Municipais de 2008 e 2011, englobando os eixos de saúde – sensibilizando e capacitando os profissionais de saúde para o atendimento humanizado e respeitoso dos indivíduos LGBT –, educação – através da formação continuada dos profissionais da rede municipal de ensino e campanhas pela convivência pacífica com as diferenças –, segurança – orientando e capacitando a GCM para o tratamento igualitário de todo e qualquer cidadão – e cultura – abrindo os equipamentos de cultura à produção cultural da comunidade LGBT –, além de fortalecer o Conselho Municipal LGBT.

---

<sup>36</sup> Relatórios sobre Violência Homofóbica no Brasil 2011 e 2012. Secretaria de Direitos Humanos (2011 e 2012).

- Inclusão e Direitos da População Idosa

A promoção de cidadania e direitos humanos perpassa também pelo grupo populacional que começa a assumir uma fatia mais larga na pirâmide etária: os idosos. Nos últimos 10 anos a população com 60 anos ou mais do município de São Paulo aumentou em 2,8%, totalizando mais de 1,4 milhão de pessoas, isto é, 12,8% da população.<sup>37</sup> Essa mudança está em consonância com a elevação da esperança de vida da população paulistana: em 1991 a expectativa de vida era de 69,1 e em 2009 subiu para 75,9 anos.<sup>38</sup>

Novos desafios se apresentam à cidade e novas perspectivas devem ser apresentadas para garantir os direitos da pessoa idosa. A demanda por políticas públicas voltadas à população idosa tornou-se um compromisso da Prefeitura de São Paulo. No âmbito do Programa de Metas, esse segmento da população ganhou um objetivo estratégico inteiro visando à promoção de garantias e direitos dos idosos. Para tanto, serão realizadas ações transversais com diversas Secretarias nas áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e Direitos Humanos.

Na cidade têm sido registrados elevados números de discriminação e de violência contra o idoso. Em 2009, a taxa de mortalidade por causas relacionadas a agressões foi de 4,55 a cada 100 mil habitantes. Em 2010 essa taxa foi de 4,33 e em 2011 de 4,92.<sup>39</sup> Em 2011, foram registrados 854 casos de violência contra idosos na cidade,<sup>40</sup> incluindo agressões físicas, psicológicas, maus-tratos e abandono. Uma das metas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos para lidar com essa realidade será o desenvolvimento de Campanha de Conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa (Meta 69).

Nas áreas de educação, cultura e direitos humanos, está prevista a criação da Universidade Aberta da Pessoa Idosa do Município - UAPI, um conjunto de cursos que visa à promoção da saúde e à conscientização do processo de envelhecimento entre a população idosa e servidores públicos que trabalham com esta temática (Meta 71).

De acordo com o SIM/SEADE, a taxa de mortalidade precoce de idosos foi de 24,45<sup>41</sup>. Para ampliar e melhorar os serviços de saúde dos idosos, programas e ações serão promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde. Para lidar com as particularidades desse público de forma especializada, a principal meta da saúde do idoso será implantar 8 novas Unidades de Referência à Saúde do Idoso (URSI) (Meta 67) e adequar as outras 7 já existentes.

A Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social coordenará a implantação de 15 Centros Dia destinados à população idosa (Meta 68) e mais 5 unidades de Instituições de Longa Permanência do Idoso – ILPI, que objetivam a inclusão e os cuidados com a população idosa (Meta 70). O acolhimento de pessoas com 60 anos ou mais com diferentes necessidades e graus de dependência, que se encontram em situação de negligência familiar ou institucional

<sup>37</sup> Fundação SEADE.

<sup>38</sup> Fundação SEADE.

<sup>39</sup> SIM-DATASUS

<sup>40</sup> SIVVA/Ministério da Saúde.

<sup>41</sup> IBGE.

ou ainda em situação de violência, é de fundamental importância para efetivar e garantir os direitos humanos de forma ampla, zelando pela qualidade de vida e dignidade da pessoa idosa.

Por fim, e com o intuito de ampliar a autonomia desse grupo populacional, a SMDHC irá regulamentar e operacionalizar o Fundo Municipal do Idoso. Promover melhorias integrais, transversais e especializadas para a população idosa, em constante diálogo com a sociedade civil, será prioridade para o próximo período na cidade de São Paulo.

- **Políticas para a Pessoa com Deficiência**

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (ONU, 2006).

Segundo dados do Censo IBGE (2010), 25,9% da população da cidade de São Paulo declararam possuir algum tipo de deficiência. São 2,7 milhões de pessoas, sendo que 810 mil afirmaram que têm grande dificuldade ou não conseguem realizar atividades consideradas normais para quem não possui deficiência, como andar, enxergar, escutar etc. Se considerarmos apenas estes últimos, verificamos que aproximadamente 340 mil pessoas não enxergam ou possuem grande dificuldade para enxergar; cerca de 120 mil indivíduos têm deficiências auditivas severas; 216 mil têm deficiências motoras graves; e ainda, 127 mil cidadãos possuem intensas deficiências mentais ou intelectuais.

O papel da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED) é desenvolver ações para a eliminação de barreiras que estão postas em nossa cidade para essa significativa parcela da população. Dessa forma, identifica-se, como um dos principais entraves à participação plena dessas pessoas na sociedade, a falta de acessibilidade em suas diversas dimensões. Para que esse projeto se concretize, a SMPED estruturou seu planejamento em duas frentes que se articulam. O *Plano Municipal de Ações Articuladas para as Pessoas com Deficiência*, baseado no Plano Viver sem Limite do governo federal, reúne 18 secretarias com o objetivo de estabelecer um planejamento intersecretarial para a efetivação de ações voltadas às pessoas com deficiência. Já o plano *Diálogos em Ação* reúne e aproxima de forma sistemática e contínua os diversos atores envolvidos na implementação das políticas sociais.

Em linha com essa estratégia, a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras deve tornar acessíveis 850 mil m<sup>2</sup> de passeios públicos (Meta 50); a Secretaria dos Transportes buscará concluir a universalização da acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida na frota de ônibus (Meta 51); a Secretaria de Educação planeja melhorar o atendimento às crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e seu acompanhamento nos moldes do BPC Escola (Meta 52), além da revitalização dos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) – modernização dos equipamentos, atualização do

acervo bibliográfico e formação continuada de professores, entre outros – (Meta 54), a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social planeja implantar 10 residências inclusivas para pessoas com deficiência (Meta 55); e a Secretaria da Saúde pretende implantar 5 Centros Especializados de Reabilitação (CER) (Meta 56). Por fim, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade promoverá o efetivo funcionamento da Central de Libras, Interpretes e Guias-Intérpretes (Meta 53).

- **Políticas para as Mulheres**

O combate às desigualdades de gênero é uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para o desenvolvimento democrático e a promoção da paz. Elaborar políticas públicas para as mulheres significa afirmar as diferenças para promover a igualdade, enfrentando as situações de vulnerabilidade das mulheres na atual sociedade.

No município de São Paulo, a ampliação da antiga Coordenadoria para Mulher para a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SMPM), em 2013, consolida novos caminhos e priorizações da cidade no sentido de assumir a promoção dos direitos humanos das mulheres (Meta 59). A Secretaria atuará de forma estratégica no enfrentamento de discriminações que atingem às mulheres, para garantir a plena integração social, política e econômica, bem como, e especialmente, no combate à violência de gênero.

As mulheres são alvo de situações de violência tanto na esfera pública como na privada. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em 2012 o município registrou cerca de 3.000 ocorrências de estupro, 32% a mais do que no ano anterior. Em 2010, a taxa de internação de mulheres por agressão foi de 0,95 a cada 100 mil habitantes.<sup>42</sup>

As desigualdades de gênero se manifestam também em outras esferas sociais. A diferença de rendimentos das mulheres e dos homens no mundo do trabalho é marcante. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMSP) de 2012, a relação da renda do trabalho entre homens e mulheres era de 1,46, ou seja, os homens recebem em média 46% a mais que as mulheres.

Para enfrentar algumas dessas desigualdades, a Secretaria de Política para as Mulheres terá como meta a construção de uma Casa da Mulher Brasileira em São Paulo - um espaço de referência de serviços especializados de assistência à mulher vítima de violência – (Meta 40), a construção de mais uma Casa Abrigo e uma Casa de Passagem (Meta 41), para ampliar a capacidade de proteção a essas mulheres, e a reestruturação dos cinco Centros de Cidadania da Mulher, redefinindo suas diretrizes de atuação: formação em cidadania ativa, ampliação da autonomia econômica e defesa dos direitos (Meta 60). Além dessas ações, em diálogo com a rede municipal de saúde e com a SMPED, a SMPM promoverá a formação de 1.000

---

<sup>42</sup> DATASUS

profissionais da saúde para atendimento clínico à mulher com deficiência na perspectiva dos direitos humanos.

Enquanto conjunto de ações e de práticas, a transversalidade das políticas de gênero constitui-se estratégia fundamental da SMPM para a promoção e garantia dos direitos da mulher em todas as suas dimensões.

- **Promoção da Igualdade Racial**

A Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo – SMPIR, criada em 2013, representa um marco na história da cidade de São Paulo (Meta 57). Desde 1992, o tema da igualdade racial era tratado na cidade pela Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, mas foi ampliada com a missão de construir e consolidar uma Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial com ênfase na população negra.

São Paulo é a cidade com maior quantidade de negros do Brasil. Negros e pardos somam mais de um terço da população paulistana, ultrapassando 4 milhões de habitantes.<sup>43</sup> Essa população compõe grande parte da faixa mais pobre da cidade e tem sido vítima histórica de violências e preconceitos sociais. Em 2012, por exemplo, a taxa de vitimização negra de homicídio (relação entre as taxas de homicídio de negros e as taxas de brancos) foi de 70%; esse mesmo índice na população de 15 a 24 anos atingiu 83,7%.<sup>44</sup>

Com base nessa situação, a SMPIR buscará implementar ações específicas com foco nas áreas de trabalho, educação, saúde, e enfrentamento à violência, em parceria com as demais secretarias municipais.

Na área da saúde, as ações de combate às desigualdades raciais objetivarão reduzir a mortalidade precoce da população negra, principalmente as relativas à mortalidade infantil, materna e de jovens, estas associadas a homicídios. Para subsidiar essa iniciativa, será fundamental melhorar a coleta e a análise de dados desagregados por raça/cor, tarefa que ainda não tem sido realizada de forma sistemática.

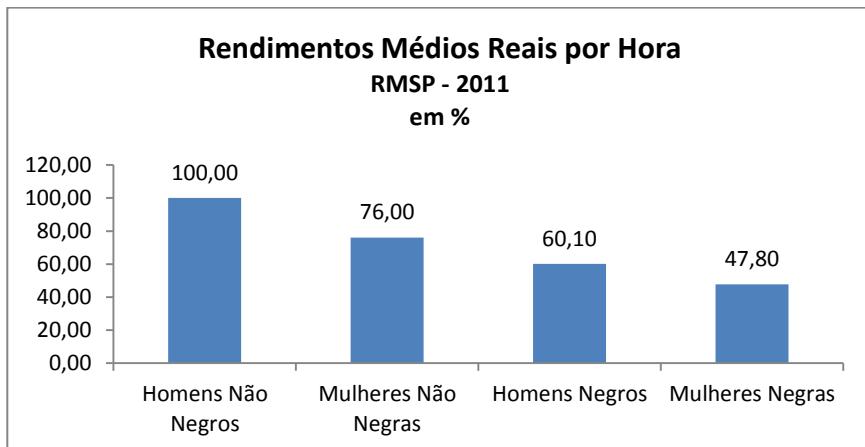
O racismo institucional, que perpassa as diferentes instituições sociais, diz respeito às ações e políticas institucionais em todas as esferas simbólicas e sociais das relações humanas, que produzem vulnerabilidade, criam barreiras e obstáculos, impedindo que se tenha acesso equânime aos diferentes serviços e bens sociais. No mercado de trabalho, a relação salarial é mais um exemplo disso. Os rendimentos dos trabalhadores brancos são, em média, 35% maiores do que os rendimentos dos trabalhadores negros.<sup>45</sup> As mulheres negras também são vítimas dessa desigualdade, com elevada disparidade salarial e poucas oportunidades no mercado. Em grande medida, as mulheres negras se inserem em nichos de menor remuneração e pouco *status* social do mercado – com predominância, por exemplo, do

<sup>43</sup> IBGE

<sup>44</sup> SIM/SVS/MS e IBGE/Censo E MAPA DA VIOLÊNCIA 2012

<sup>45</sup>: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – Convênio Seade-Dieese e MTE-FAT

trabalho doméstico, primeira via de acesso ao mercado de trabalho de muitas jovens negras em São Paulo.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – Convênio Seade-Dieese e MTE-FAT

Diante desse cenário, as medidas propostas pela SMPIR são: a promoção de políticas de capacitação, com recorte de raça e gênero, para o mercado trabalho; a realização de campanhas de conscientização do empresariado paulistano acerca da necessidade do combate à discriminação racial nas relações de trabalho; a implementação da campanha pela ratificação das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) números 100 e 111 que tratam da igualdade de condições de trabalho e salários entre homens e mulheres e do combate à discriminação racial no ambiente de trabalho. Além disso, tendo como alvo os jovens negros paulistanos, a SMPIR implementará o Plano Juventude Viva, que promoverá o desenvolvimento de ações permanentes de prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e de periferia (Meta 43).

Paralelamente, na área educacional, na qual as desigualdades raciais também são explícitas, a SMPIR viabilizará a implementação na rede municipal de ensino da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Meta 58).

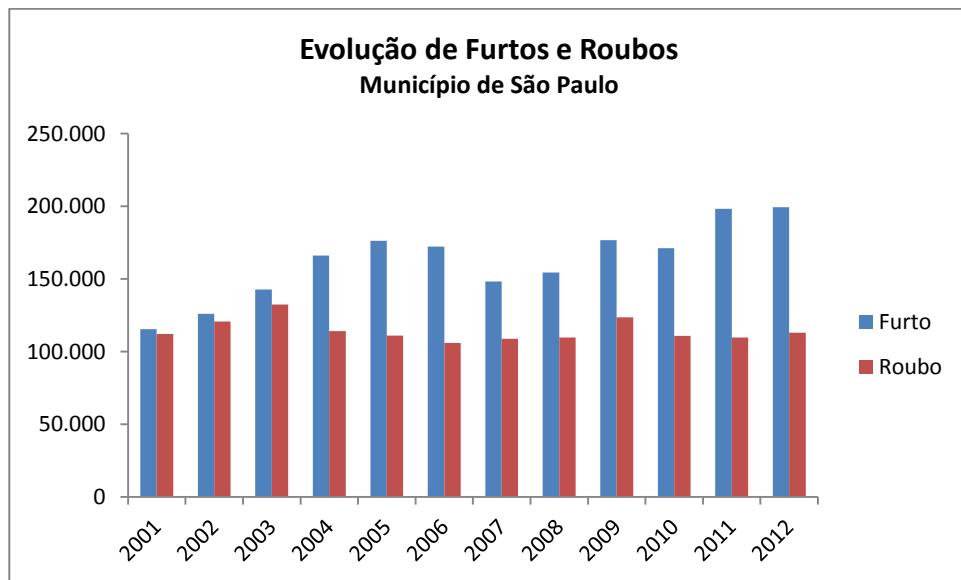
A SMPIR propõe a construção de políticas transversais e soluções intersecretariais, bem como o constante diálogo com a população, através de Conferências e o fortalecimento do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

#### viii. Prevenção à Violência e Promoção da Qualidade do Espaço Urbano

Segundo uma recente pesquisa, 91% dos cidadãos paulistanos consideram a cidade um lugar pouco ou nada seguro.<sup>46</sup> Não sem razão. No ano passado, a taxa de ocorrências de

<sup>46</sup> Rede Nossa São Paulo, 2013, p.68. (Nossa São Paulo/IBOPE. IRBEM - Indicadores de Referência de Bem-estar no Município Pesquisa Nossa São Paulo/Ibope (Janeiro 2013): apresentação da pesquisa. São Paulo: Nossa São Paulo/IBOPE, 2013. 89p. Disponível em: [http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Pesquisa\\_IRBEM\\_Ibope\\_2013.pdf](http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/Pesquisa_IRBEM_Ibope_2013.pdf).

homicídio doloso registradas por 100 mil habitantes foi de 12,05<sup>47</sup> – inferior à taxa nacional, mas muito mais alta, por exemplo, que a do Haiti<sup>48</sup>; a de ocorrências de roubos registradas por 100 mil habitantes chegou a 992,73, e a de furtos, a 1.756,49.



Fonte: SSP – SP

Não bastasse a insegurança advinda da violência urbana, o paulistano sofre cotidianamente com uma série de desastres, naturais e humanos. Além de fornecer diariamente às estatísticas dezenas de vítimas de acidente de trânsito<sup>49</sup>, o município já sofreu este ano com mais de 180 ocorrências de incêndio, 90 de deslizamento<sup>50</sup> e 300 desabamentos.<sup>51</sup> Os últimos números, aliás, não deveriam surpreender. No mais recente mapeamento das áreas de risco em 2010, foram identificadas 407 áreas de encostas e margens de córrego sujeitas a escorregamentos e a processos de erosão, que somadas correspondem a cerca de 13,5 km<sup>2</sup>, ou 0,9% da área total do município. Das 105 mil moradias analisadas, 29 mil estão em setores de risco alto e muito alto, em que os acidentes são possíveis e prováveis.<sup>52</sup>

Ciente da gravidade da situação e da incapacidade do atual modelo de segurança urbana para lidar com ela, a nova gestão, através da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), pretende dar origem a um novo paradigma da segurança urbana, visando constituir espaços urbanos seguros e sustentáveis, os quais as pessoas se sintam livres para frequentar e responsáveis por preservar. O objetivo é desenvolver um ambiente urbano mais pacífico, com ênfase nas ações voltadas à prevenção da violência e dos desastres naturais e humanos e na melhoria da qualidade do espaço urbano.

<sup>47</sup> SSP e IBGE/SMDU-Ceinfo

<sup>48</sup> Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes.

<sup>49</sup> Fatos e Estatísticas de Acidentes de Trânsito em São Paulo -2011.

<sup>50</sup> COMDEC

<sup>51</sup> SGOG

<sup>52</sup> SMSU

A experiência tem demonstrado que o policiamento comunitário é um caminho seguro para reconstruir a confiança e credibilidade do público nas forças de segurança pública.<sup>53</sup> Por isso, a nova gestão está empenhada em ajudar a Guarda Civil Municipal (GCM) a se aproximar cada vez mais de seu ideal: ser uma polícia que trabalhe próxima da comunidade, e na qual esta possa confiar. Essa filosofia orientará todas as atividades da GCM: programas como o “Corra com a Guarda”, “Cante com a Guarda”, “Prevenção e Combate às Drogas” e “Criança sob nossa Guarda” são exemplos da importância atribuída pela atual gestão a essa aproximação – da qual depende, entre outras coisas, o sucesso da importante Campanha do Desarmamento, bem como o das novas Casas de Mediação (Meta 42).

Por mais importantes que sejam tais ações, contudo, elas não são suficientes. Com o intuito de integrar a população à política de segurança, pretende-se assegurar também que um grau de informação adequado seja fornecido para a comunidade, de modo que esta possa participar de sua própria transformação. Além disso, serão estimuladas as parcerias entre os órgãos municipais e as representações comunitárias, sem as quais é impossível chegar a uma compreensão real dos problemas de criminalidade e estabelecer uma agenda de política pública na área de segurança que de fato melhore a vida da população.

Já no que se refere à segurança ambiental e à prevenção dos desastres naturais, pretende-se aumentar a fiscalização de áreas prioritárias para a preservação ambiental e para o controle de invasões e loteamentos irregulares, especialmente por meio da Guarda Ambiental, vinculada à Guarda Civil Metropolitana, a qual agirá em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

---

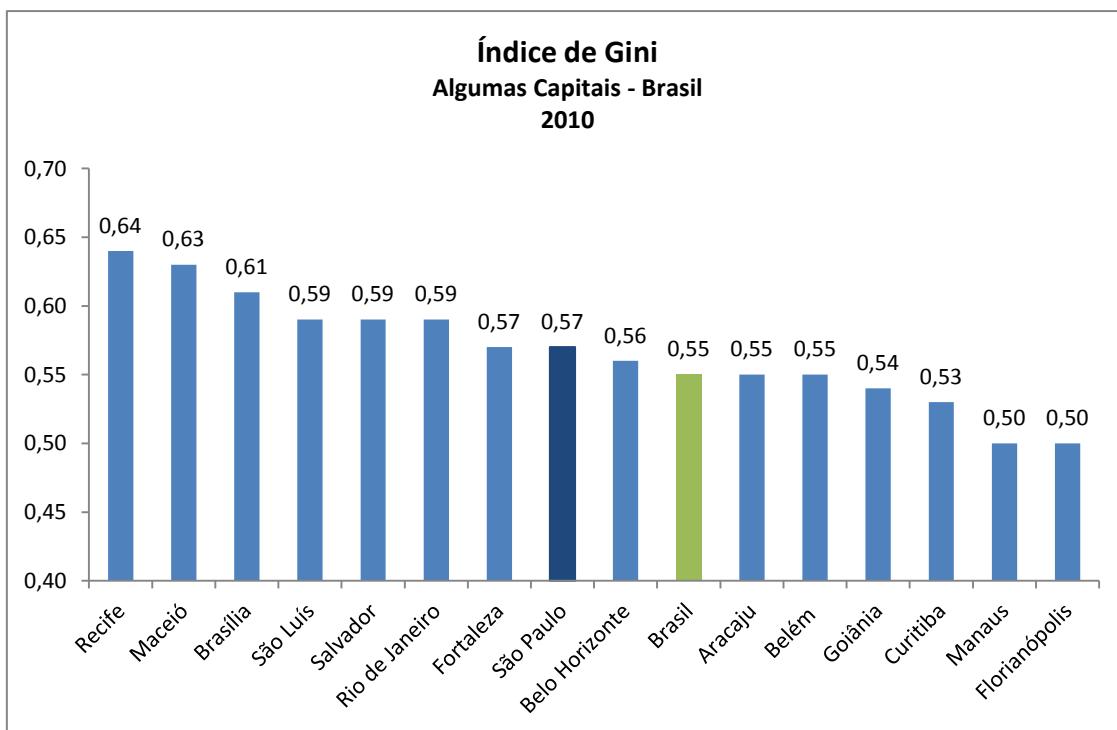
<sup>53</sup> Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

[http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2209&Itemid=96](http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=2209&Itemid=96)

### 3.2. Desenvolvimento Econômico Sustentável com Redução das Desigualdades

#### i. Crescimento Econômico, Geração de Emprego e Promoção da Tecnologia e Inovação

Com um PIB de R\$ 443,6 bilhões de reais, o município de São Paulo é o mais rico da América Latina.<sup>54</sup> Não obstante, o município se caracteriza não apenas por sua enorme riqueza, mas também pela gritante desigualdade entre seus municípios, a qual se exprime, por exemplo, em seu coeficiente de Gini (0,57 em 2010), mais alto inclusive que o do país extremamente desigual (0,55).



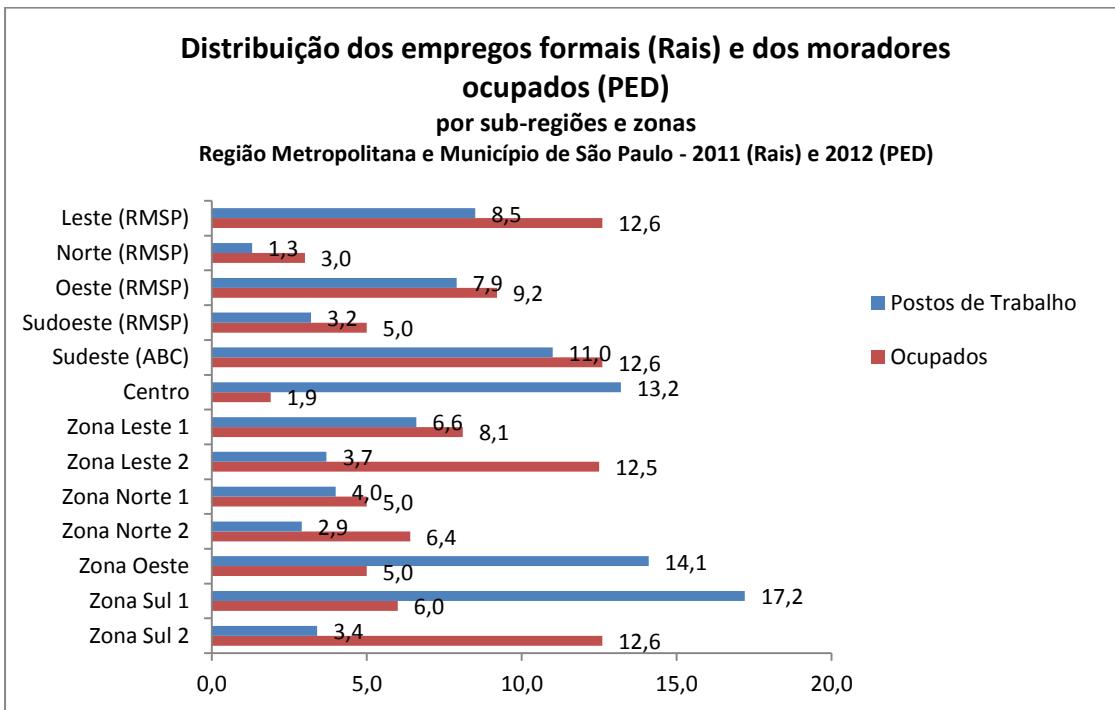
Fonte: IPEA

São Paulo concentra no mesmo território bolsões de riqueza e pobreza. E em poucas dimensões da vida da cidade o abismo socioeconômico que a fere se exprime de maneira tão límpida quanto na relação entre as distribuições da população e dos empregos pelo território paulistano. Enquanto as seis subprefeituras que formam o centro expandido (contornadas pelo minianel viário) concentram 64,1% dos empregos e apenas 17,1% dos habitantes do município, as outras 26 subprefeituras concentram 82,9% dos habitantes e têm apenas 35,9% dos empregos.<sup>55</sup> O gráfico abaixo ilustra esta desigualdade: as Zonas Sul 2 e Leste 2 são grandes

<sup>54</sup> IBGE

<sup>55</sup> Fonte: RAIS (Prefeitura de São Paulo) e Censo IBGE 2010.

fornecedoras de mão de obra, ao passo que o Centro, Zona Oeste e Zona Sul 1 são as grandes geradoras de postos de trabalho formais no município de São Paulo.<sup>56</sup>



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

Não surpreende que embora a taxa de desemprego tenha caído mais acentuadamente nos últimos anos justamente nas regiões com menor quantidade de empregos por habitante, elas continuem sofrendo com taxas de desemprego superiores às das regiões mais centrais (na cidade como um todo, a taxa de desemprego caiu de 18,9% para 10,2% entre 2003 e 2012).<sup>57</sup>

Para combater essa disparidade, a atual gestão induzirá o surgimento de um Arco de desenvolvimento econômico e de estruturação urbana externo ao centro expandido. Através

<sup>56</sup> **Município de São Paulo – Zona Leste 1:** Mooca, Água Rasa, Belém, Brás, Pari, Tatuapé, Vila Prudente, Sapopemba, São Lucas, Aricanduva, Carrão, Vila Formosa, Penha, Artur Alvim, Cangaíba, Vila Matilde; **Zona Leste 2:** Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Itaquera, Cidade Líder, José Bonifácio, Parque do Carmo, São Mateus, Iguatemi, São Rafael, São Miguel, Jardim Helena, Vila Jacuí, Itaim Paulista, Vila Curuçá, Guaianases, Lajeado, Cidade Tiradentes; **Zona Sul 1:** Vila Mariana, Saúde, Moema, Ipiranga, Cursino, Sacomã, Jabaquara, Santo Amaro, Campo Belo, Campo Grande; **Zona Sul 2:** Cidade Ademar, Pedreira, Campo Limpo, Capão Redondo, Vila Andrade, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Parelheiros, Marsilac; **Zona Oeste:** Pinheiros, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Lapa, Perdizes, Vila Leopoldina, Jaguare, Jaguara, Barra Funda, Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Vila Sônia; **Zona Norte 1:** Tremembé, Jaçanã, Vila Maria, Vila Guilherme, Vila Medeiros, Santana, Tucuruvi, Mandaqui; **Zona Norte 2:** Casa Verde, Limão, Cachoeirinha, Freguesia do Ó, Brasilândia, Pirituba, Jaraguá, São Domingos, Perus, Anhanguera; **Centro:** Sé, Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília. **Região Metropolitana de São Paulo – Sub-região Sudeste (ABC):** Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul; **Sub-região Sudoeste:** Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Jiquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista; **Sub-região Oeste:** Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba; **Sub-região Norte:** Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã; **Sub-região Leste:** Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Selesópolis, Santa Isabel e Suzano.

<sup>57</sup> 1ª análise Seade, nº 4, julho de 2013.

de intervenções urbanísticas, isenções fiscais (com destaque para o Programa de Incentivos Fiscais nas Regiões Leste e extremo Sul) e estímulo ao investimento, buscar-se-á levar a essas áreas atividades econômicas baseadas em trabalho intensivo, de modo a aproximar os estabelecimentos de trabalho das residências (Meta 79). Ainda mais: a atual gestão criará uma agência de promoção de investimentos para a cidade de São Paulo a partir da expansão da atuação da Companhia São Paulo de Parcerias – SPP (Meta 78), além da Agência São Paulo de Desenvolvimento – a qual, entre outras coisas, oferecerá assistência jurídica, visando desburocratizar a abertura de novas empresas e tornar mais célere o processo de formalização dos negócios privados, e oferecerá linhas de crédito com reduzidas taxas de juros, com o intuito de incentivar a produção de empreendedores individuais em regiões de baixa empregabilidade e combater a inadimplência (Meta 77).

Os ramos de atividade a serem impulsionados em cada área serão definidos em estudos de viabilidade específicos, que vão estabelecer estratégias próprias para o desenvolvimento de cada um dos setores do Arco. Qualquer estímulo à atividade econômica de São Paulo deve estar atento para o fato de que o papel funcional da cidade como um todo tem se alterado nas últimas décadas. Se no século passado a cidade se estabeleceu como maior protagonista do processo de industrialização do país, e se mesmo no início deste século o setor chegou a responder por mais de ¼ do total do valor adicionado na cidade, hoje ele é responsável por apenas 20% deste valor. Enquanto 65% dos empregos formais estão nas atividades de serviços e 17% nas de comércio, os empregos da indústria participam atualmente com apenas 10% do total.<sup>58</sup> É certo que, em parte, o crescimento do setor de serviços e o encolhimento da indústria manufatureira paulistana se devem à terceirização de atividades que outrora se realizavam dentro das próprias empresas industriais. Além disso, apesar da redução de sua participação no produto e no emprego da cidade, a permanência da importância da indústria para a nossa economia é inquestionável; afinal, enquanto suas plantas se mudam para outras regiões (especialmente o entorno da cidade), as empresas industriais mantêm aqui suas sedes e seus centros de P&D, e ajudam a sustentar uma enorme rede de serviços terceirizados (de baixa e alta complexidade).

Não obstante, é necessário reconhecer que, em São Paulo, os setores de serviço já não são – como outrora – meros apêndices do setor industrial. Pelo contrário; nas últimas décadas, eles fortaleceram-se sobremaneira. Empresas dedicadas a serviços intensivos em conhecimento, como as consultorias, as atividades financeiras, os serviços médicos e aqueles voltados à tecnologia da informação e à comunicação atendem atualmente a diversos tipos de clientes (governos, empreendimentos de todos os setores e particulares) nas mais longínquas regiões do país. Conclui-se, pois, que as últimas décadas foram marcadas por um aumento relativo e absoluto no número de estabelecimentos de indústria de alta tecnologia, bem como pelo intenso crescimento dos setores de voltados aos serviços mais intensivos em conhecimento. De fato, como têm mostrado pesquisas recentes, por exemplo, a participação da indústria de alta e média-alta tecnologia e dos serviços intensivos em conhecimento na massa salarial e a participação do município nos empregos em setores intensivos em

---

<sup>58</sup> 1a Análise Seade, nº 4, julho de 2013

tecnologia e conhecimento tiveram crescimento considerável entre o final do século passado e o início do atual.<sup>59</sup>

Consciente da importância das atividades intensivas em tecnologia e conhecimento na economia da cidade, e da necessidade de capacitá-la para cumprir de modo cada vez mais adequado seu novo papel funcional, a atual administração pretende implementar a Lei de Fomento à Ciência e Inovação com a efetivação do Fundo Municipal de Ciência e Inovação; criar 1 Parque Tecnológico Municipal na Zona Leste e apoiar e criação do Parque Tecnológico Estadual do Jaguaré (Meta 80); criar 1 Centro Tecnológico Municipal em Pirituba; implantar o Programa VAI TEC para o incentivo de desenvolvedores de tecnologias inovadoras, abertas e colaborativas (Meta 81); e apoiar a implantação da Unifesp e do IFSP nas Zonas Leste e Norte, respectivamente (Meta 82).

Além disso, com o fito de fortalecer a cidade como maior polo turístico do país (posição devida sobretudo ao turismo de negócios) e assegurar seu sucesso como sede da Copa do Mundo 2014 e dos grandes eventos aqui realizados regularmente (Parada LGBT, Virada Cultural, Bienal do Livro, Salão do Automóvel, Grande Prêmio de Fórmula 1, Natal Iluminado, entre outros), a Prefeitura vai estimular a expansão do setor hoteleiro da cidade de São Paulo, modernizar o Complexo do Anhembi, implantar na cidade a sinalização turística internacional, aumentar o capital da São Paulo Turismo S/A e elaborar um Plano Estratégico de Longo Prazo para os grandes equipamentos do município, numa nova política de turismo que se orientará pelas seguintes diretrizes: a construção de novos equipamentos turísticos fora do centro expandido (com o objetivo de criar novas centralidades urbanas e gerar emprego nos bairros e distritos afastados do centro) e a integração da política de turismo com as demais áreas, principalmente com a cultura, o esporte, a educação, o meio ambiente e a saúde.

## ii. Vida Sustentável Urbana

O município de São Paulo tem hoje cerca de 12 metros quadrados de área verde por habitante.<sup>60</sup> O número parece confrontar diretamente a experiência diária da grande maioria de seus habitantes, cujas atividades ocorrem em ambientes praticamente desprovidos de vegetação. A razão disso é que, embora São Paulo tenha quase 150 mil m<sup>2</sup> de áreas verdes, a maioria absoluta delas se encontra em regiões distantes daquelas onde o paulistano desenvolve suas atividades diárias. Assim, por exemplo, enquanto a Subprefeitura da Mooca, que tem alta densidade populacional, tem apenas 0,35 m<sup>2</sup> de área verde por habitante, a de Parelheiros possui um índice de 312,82 m<sup>2</sup> por habitante.

É necessário iniciar um processo de mudança deste quadro. Para isso, a nova administração do município vai readequar e requalificar 34 Parques e Unidades de Conservação, recuperando suas edificações e suas calçadas e melhorando sua iluminação, sua

<sup>59</sup> Torres-Freire, C., Abdal, A., Bessa, V. "Conhecimento e tecnologia: atividades industriais e de serviços para uma São Paulo competitiva", In: Comin, Torres-Freire e Wissenbach (orgs.), *Metamorfoses Paulistanas: Atlas Geoeconômico da Cidade*. São Paulo: Co-edição Sempla/Cebrap, 2010.

<sup>60</sup> Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

acessibilidade e seus equipamentos, entre outras coisas (Meta 86). Além disso, serão plantadas 900 mil mudas de árvores em passeios públicos, canteiros centrais e no Sistema de Áreas Verdes (Meta 88); será criado um sistema de contrapartida para fins de implantação de áreas verdes e financiamento de terrenos para parques (Meta 83); e, com o intuito de melhorar a convivência dos paulistanos com as áreas verdes já existentes, serão implantados 32 polos de Educação ambiental, capacitando e sensibilizando 120.000 cidadãos (Meta 87).

É verdade que a consciência do paulistano em relação à necessidade de se relacionar de modo sustentável com o meio ambiente tem evoluído nos últimos anos, como prova o surgimento de edifícios verdes certificados na cidade<sup>61</sup> – tendência que se pretende estimular mediante um programa de incentivos fiscais para prédios do tipo (Meta 85). Deve-se reconhecer, contudo, que ações mais enfáticas são necessárias em certos casos. Por exemplo: nas regiões dos reservatórios Guarapiranga e Billings, encontram-se hoje milhares de pessoas que, empurradas pelo processo excludente de urbanização da cidade, foram obrigadas a se instalar de modo precário e degradante, tanto para suas vidas quanto para o ambiente que as cerca. Para resolver o problema, a atual administração vai concluir as fases II e III do Programa de Mananciais, cujos resultados serão a melhoria das condições de vida e a inclusão social dos moradores da região, a transformação dessas áreas degradadas em bairros sustentáveis e a recuperação e a conservação da qualidade das águas dos reservatórios (Meta 84).

Também com o intuito de garantir a sustentabilidade do metabolismo da cidade de São Paulo, a coleta seletiva municipal passará a cobrir os 21 distritos que ainda não são atendidos (Meta 89), e serão construídas quatro novas centrais de triagem automatizadas (Meta 90) – com o que será possível elevar a coleta pública seletiva de secos de 2% para 10% até 2016. Será elaborado ainda o Plano Municipal de Gestão dos Resíduos, que deve ser apresentado até o final do ano, e cujo horizonte de ação são os próximos 20 anos – ao fim dos quais somente os devem seguir para os aterros sanitários.

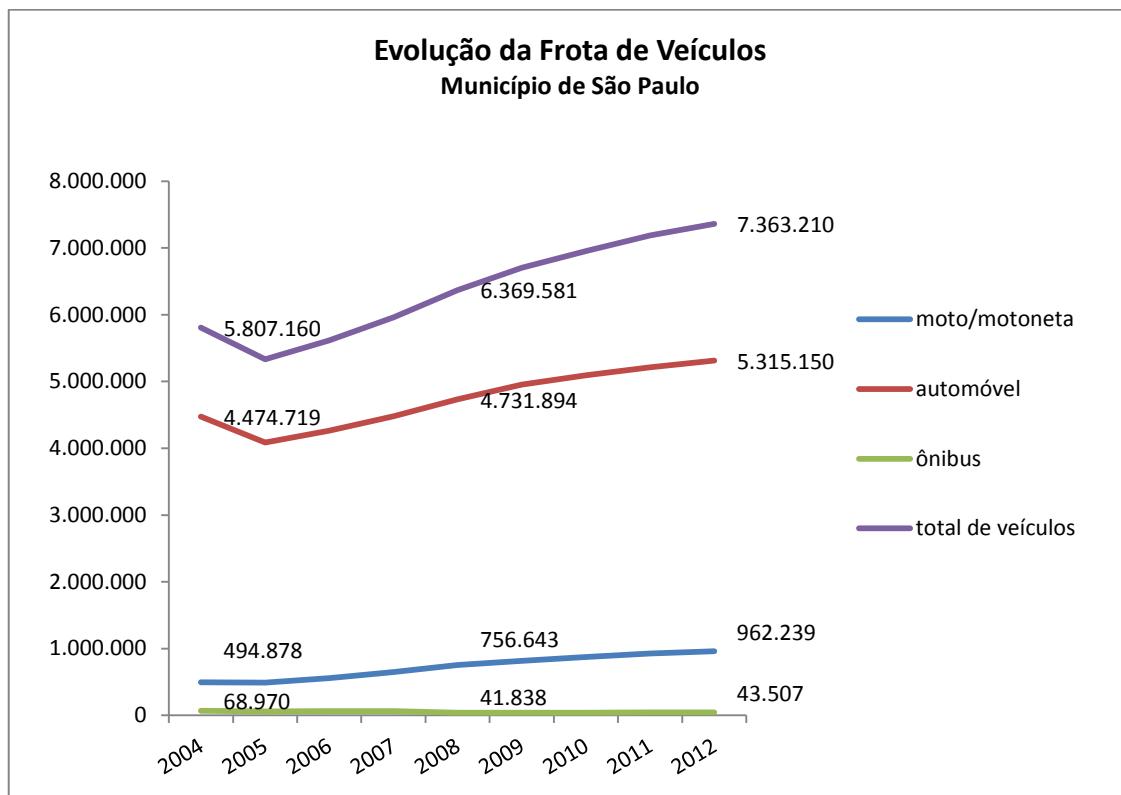
Finalmente, visando reduzir a incidência dos alagamentos e enchentes que freqüentemente assolam a vida dos paulistanos, vai-se desenvolver o programa de drenagem e manejo das águas pluviais, com a criação de uma instância municipal de regulação, articulação e monitoramento da drenagem urbana (Meta 106), e realizar-se-ão intervenções de controle de cheias em bacias dos córregos: Ponte Baixa, Zavuvus, Sumaré/Água Preta, Aricanduva, Cordeiro, Praça da Bandeira, Av. Anhaia Mello, Freitas/Capão Redondo, Paraguai/Éguas, Riacho do Ipiranga, Tremembé, Ribeirão Perus e Paciência e desenvolver o projeto para intervenção nos córregos do Itaim Paulista (Meta 105). Além disso, intervenções por meio do Programa de Redução de Alagamentos (PRA) serão realizadas em 79 dos 318<sup>62</sup> pontos de alagamento da cidade (Meta 104).

<sup>61</sup> Green Building Council. Disponível em: <http://www.gbcbrasil.org.br/>.

<sup>62</sup> SMSP e CGE.

### iii. Mobilidade Urbana e Transporte Público

O sistema de transporte urbano de São Paulo colapsou. Como é comum, no horário de pico, o trânsito paulistano chega a apresentar 200 km – ou até mais – de lentidão, não surpreende que deslocamentos de duas horas em cada sentido sejam a regra e não a exceção – sobretudo para aqueles com rendas mais baixas, os principais usuários do sistema de transporte público. Este quadro não poderia ser diferente, ao observarmos o modelo de mobilidade que se estabeleceu nos últimos anos na cidade, com a priorização do transporte individual.



Fonte: Detran – SP

Como mostrou a pesquisa de Origem e Destino (OD) realizada pelo Metrô de São Paulo em 2007, mais de três quartos das viagens motorizadas da população com rendimento inferior a R\$ 760 ocorria pelo meio coletivo, enquanto que apenas 23% das viagens motorizadas da população com rendimento superior a R\$ 5.760 ocorria por esse meio. O tempo médio de deslocamento por meios motorizados para a categoria de renda mais baixa era de 59 minutos, contra os 37 minutos perdidos pelos indivíduos pertencentes à categoria mais elevada. Em 2013, seguramente esta situação é ainda de maior desigualdade.

A experiência mostra que os investimentos em transporte individual são pouco eficazes. O recente acréscimo de novas faixas à marginal do rio Tietê, por exemplo, efetivamente reduziu o congestionamento da região, mas por apenas duas semanas: os indivíduos alteraram seus caminhos, e os benefícios logo desapareceram. Assim, a solução para a atual situação só pode se encontrar na melhoria do transporte público.

Apenas a oferta de um sistema de transporte público de qualidade será capaz de por fim ao caos do trânsito que hoje immobiliza o paulistano e de garantir seu acesso digno ao trabalho, à educação e a outros serviços públicos. Mas este não é o único motivo para se investir pesadamente no setor. Além de contribuir para a promoção da justiça social – já que, proporcionalmente, beneficia os estratos mais baixos da pirâmide de renda –, a melhoria do transporte público tem impactos positivos sobre a qualidade do ar, a segurança energética e a emissão dos gases promotores de mudanças climáticas.<sup>63</sup>

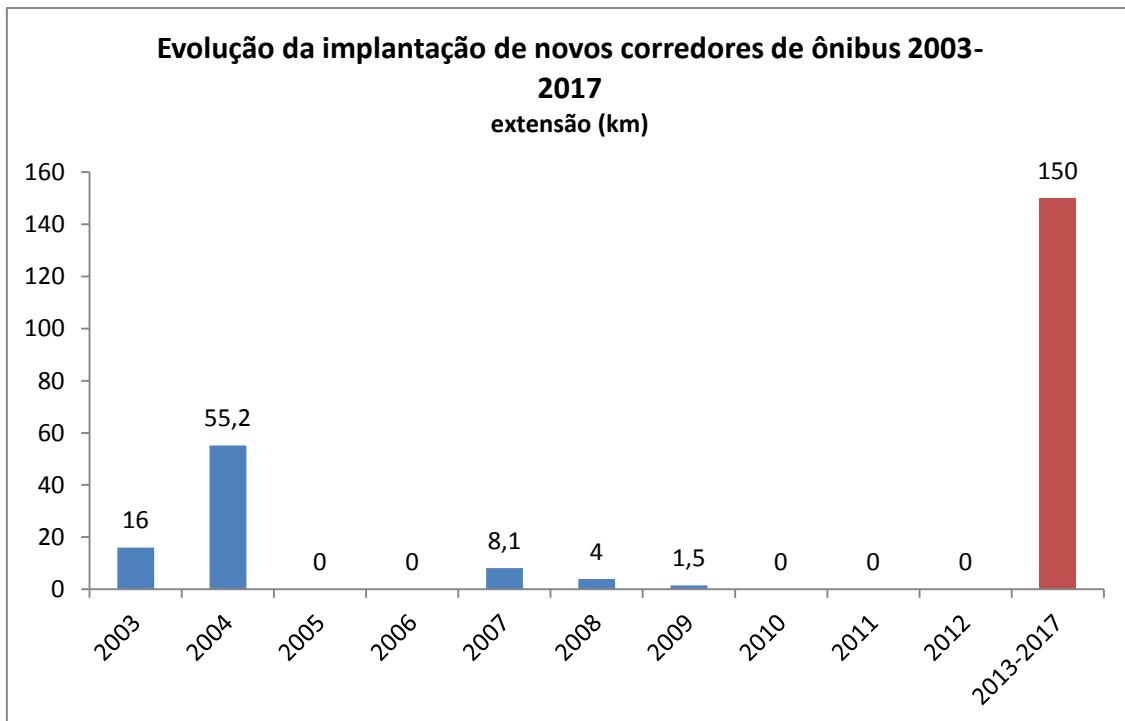
Qual é a melhor maneira de investir no transporte público é a verdadeira questão que se coloca. Sistemas metroviários e sistemas elevados de trens representam o topo da linha em termos de velocidade e qualidade, mas seu custo é muito elevado, de maneira que poucas cidades no mundo podem oferecer tal serviço na escala necessária. No outro extremo, encontramos o sistema de ônibus convencionais, com qualidade e velocidade tão baixas que encorajam os usuários a mudar para o modo privado assim que essa alternativa se torna viável economicamente.

O "Sistema de Ônibus Rápido" (BRT por seu acrônimo em inglês - *Bus Rapid Transit*) redefiniu as possibilidades do transporte público. Capaz de duplicar a velocidade comercial no horário de pico, o BRT fornece uma capacidade comparável à do metrô, a uma fração de seu preço: nas experiências latino-americanas, atende de 5 a 43 mil passageiros/hora/direção, com um custo inferior a US\$ 20 milhões por quilômetro – muito abaixo dos mais de US\$ 50 milhões/km demandados pelo sistema metroviário.<sup>64</sup> Uma segunda vantagem dos BRTs é sua flexibilidade em relação aos sistemas sobre trilhos: não apenas suas rotas podem ser alteradas com relativa facilidade, mas também uma eventual mudança para outro sistema, caso necessário, pode ocorrer com relativa rapidez sem gerar desperdícios consideráveis, já que seu custo de capital não é muito alto.

Para a cidade de São Paulo, propõe-se realizar um plano ousado de transporte público, com possível expansão para a Região Metropolitana de São Paulo. Em linhas gerais, pretende-se adicionar 150 km de BRT à rede de transportes, integrando os corredores que, no presente, são preponderantemente radiais (Meta 93). Respondendo potencialmente por cerca de 20% dos embarques, os BRTs devem ser utilizados em parte da viagem de 40% dos usuários, dando ensejo a uma substancial redução do tempo de deslocamento diário no horário de pico.

<sup>63</sup> WRIGHT, L. Bus Rapid Transit: A Public Transport Renaissance. In: Built Environment, Vol. 36, No 3, pp. 236-273, 2010.

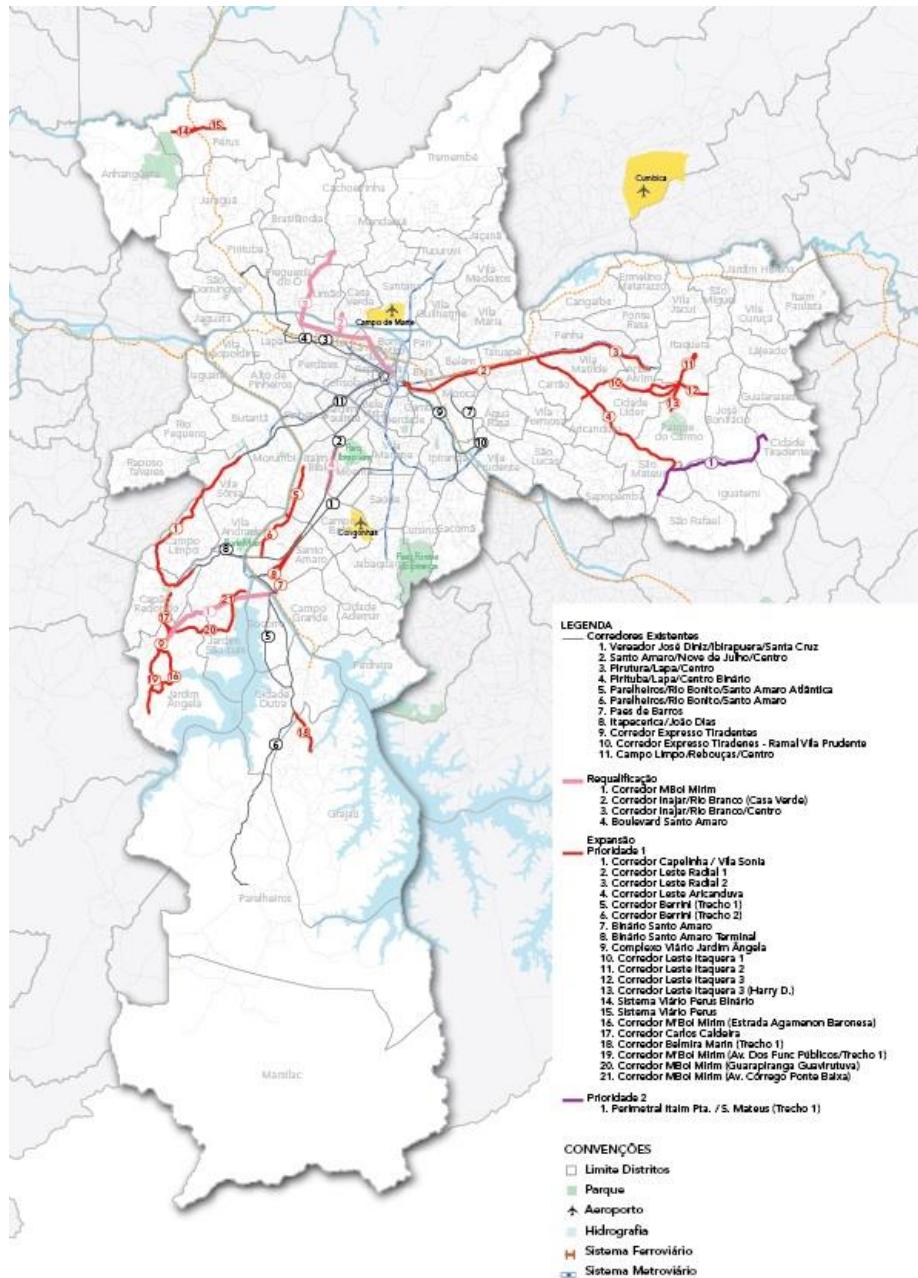
<sup>64</sup> Cf. HIDALGO, D e CARRIGAN, A. BRT in Latin America – High Capacity and Performance, Rapid Implementation and Low Cost. In: Built Environment, Vol. 36, No 3, pp. 235-297, 2010.



Fonte: SP Urbanismo e SPTTrans

A grande falha no sistema atual é a falta de integração entre os diversos modos de transporte. Por isso, é necessário construir estações intermodais, conectando o sistema de ônibus rápido com o metrô, o trem e o sistema convencional de ônibus nos pontos finais do sistema (terminais). Assim, além dos 150 km de BRT, o plano inclui ainda 4 novos terminais, reformas e ampliações de terminais e a construção de diversas estações de transferência intermodais e intramodais. Importante salientar que os BRTs estão sendo implementados de “parede a parede” e que, portanto, a ocasião poderá ser aproveitada para criar ciclovias, reformar as calçadas e enterrar a rede elétrica.

### Corredores de Ônibus Planejados até 2017:



Fonte: SP Trans

Além disso, serão implantadas novas modalidades temporais de Bilhete Único (Diária, Semanal e Mensal) (Meta 94) e funcionamento 24h em linhas selecionadas no transporte público municipal (Meta 95).

Também importante ressaltar que, para garantir uma mudança estrutural no transporte público, novos equipamentos serão necessários. De fato, para que os veículos possam circular sem intervenções significativas dentro das linhas de BRT, os semáforos precisam ser controlados de acordo com esse objetivo, o que demanda monitoramento eletrônico – algo que, aliás, beneficiará também o usuário do transporte privado, o qual perde muito tempo por conta de um sistema sem controle inteligente. Note-se ainda que a utilização

racional das câmeras que serão instaladas em todos os ônibus, bem como nos terminais e em alguns pontos estratégicos, também exige sua integração num sistema único, assim como futuros investimentos em Painéis de Mensagem Variável (PMV), radares, etc.

Alguns desses investimentos já começaram a ser feitos. No que se refere à malha semafórica, por exemplo, a reforma geral – na qual renova-se a fiação, instalam-se “no-breaks”, aterram-se os fios, etc. –, que deve ser finalizada até o final de 2014, está transformando os cerca de cinco mil cruzamentos semafóricos da cidade (Meta 98). A isso se somará a instalação de controladores em cerca de 2.000 intersecções semafóricas (cruzamentos), que deve ser concluída até o final de 2015, e que possibilitará o ajuste dos semáforos ao trânsito em tempo real.

Finalmente, para que a operação de todos os equipamentos citados acima seja bem controlada, foi iniciada a implantação do Centro Integrado de Mobilidade Urbana (CIMU), através do qual todas as informações geradas pelos equipamentos distribuídos pela cidade poderão ser utilizadas para melhorar a mobilidade urbana como um todo. O CIMU deverá trabalhar com protocolos abertos, de modo a garantir a independência em relação a fabricantes específicos. Pretende-se ainda que todos os seus dados sejam abertos à população, e que o CIMU esteja sempre ligado à universidade, podendo tornar-se um centro de inovação na gestão do transporte.

### 3.3. Gestão Descentralizada, Participativa e Transparente

#### i. Descentralização, qualidade de espaços e serviços

O processo de descentralização da gestão iniciado em 2002 com a promulgação da Lei Municipal 13.999, criando as 31 subprefeituras, sofreu um grande retrocesso entre 2005 e 2012. Se antes o governo municipal havia inovado ao incluir participação e descentralização administrativa e orçamentária na mesma agenda de modernização da gestão local, nas últimas gestões as subprefeituras foram precarizadas e esvaziadas, deixaram de ter mecanismos de escuta da população, e resumiram suas funções à zeladoria e a um primeiro atendimento à população sem padronização de procedimentos, com pouca qualidade, eficiência e resolutividade.

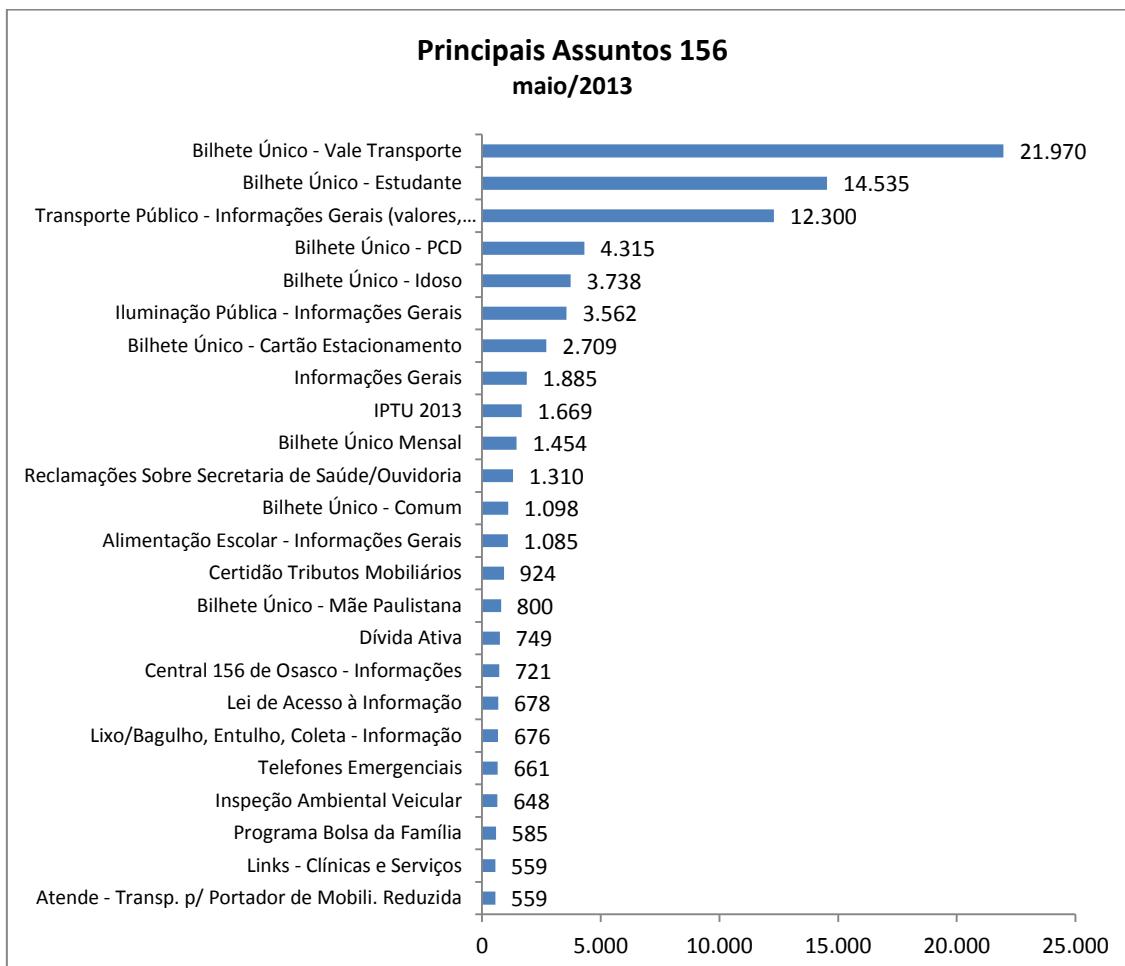
A proposta é retomar e avançar o processo de descentralização. A descentralização administrativa não necessariamente precisa ser concebida de forma associada a um processo de participação na gestão das cidades; pode ser implementada com um mero caráter técnico, com o intuito de aperfeiçoar a prestação de serviços públicos aos cidadãos e execução de políticas públicas. Porém a concepção de descentralização desta gestão vai além da questão técnica e entende que é um processo indissociável tanto da ampliação dos espaços e canais de participação quanto do controle social, inclusive através das novas formas de interação não mediadas proporcionadas por ferramentas digitais. Além dos ganhos de transparência, eficiência e eficácia na gestão da coisa pública, entende-se que é impossível governar de maneira eficiente e democrática uma cidade de 11 milhões de habitantes de maneira centralizada e fechada à participação.

Nesse sentido, para possibilitar uma maior proximidade com o Estado e suas políticas públicas e o resgate da cidadania, além da criação da nova subprefeitura de Sapopemba (Meta 109), esta gestão almeja retomar a descentralização de parte do orçamento municipal e de sua execução, da gestão dos recursos humanos para melhor contratar, da capacitação e valorização do atendimento à população, além fortalecer o papel normativo, diretorio e gerencial das secretarias e de suas interfaces com as subprefeituras, dando especial atenção à descentralização das áreas sociais (saúde, educação, assistência social, cultura e esporte). Em relação à participação, os conselhos regionais terão a função de exercer o controle social, assegurando a participação da sociedade no planejamento e fiscalização de ações e gastos públicos de suas regiões. Caberá a eles também sugerir ações e políticas públicas nos territórios que ocupam.

Da mesma forma, esta gestão entende que a melhoria na prestação de serviços em todos os canais de atendimento, não somente nas subprefeituras, também deve estar associada a processos participativos e ao controle social. Para facilitar e aumentar a rapidez na prestação de serviços e promover a transparência sobre a execução das solicitações, serão criadas Centrais de Atendimento aos Cidadãos nas subprefeituras (Meta 107), em locais com

infraestrutura adequada, reunindo em um mesmo local a prestação de diversos serviços, com rapidez eficiência e qualidade, integrando vários órgãos prestadores de serviços públicos.

O Canal 156 é o principal número telefônico da Prefeitura de São Paulo e responsável pelo atendimento de 1,1 milhões de ligações mensais sobre 3.800 assuntos. Hoje, mais de 50% das ligações estão relacionadas ao bilhete único e a itinerários de ônibus, como podemos ver no gráfico abaixo.



Fonte: SAC-PRODAM

Apesar de bastante útil para o paulistano que precisa se locomover na cidade, o 156 é uma central com potencial para, integrado às novas Centrais de Atendimento e ao Portal da Prefeitura, oferecer ao cidadão muitos serviços que vão além da prestação de informação. Hoje, o atendimento presencial, no serviço 156 e no Portal da Prefeitura são desconectados, não padronizados e não seguem uma política municipal de atendimento; além disso, seus sistemas e procedimentos de serviços não são integrados entre si e com os sistemas departamentais, o que resulta em somente 44% das solicitações feitas presencialmente e através do 156 terem sido atendidas no prazo 2012.<sup>65</sup>

<sup>65</sup> PRODAM.

A proposta para os próximos anos é o fortalecimento, modernização e integração do 156 às Centrais de Atendimento ao Cidadão, ao Portal da Prefeitura e a aplicativos móveis, assim como ao atendimento realizado nos equipamentos públicos municipais (Meta 108). Já nesta direção, em 2013 a Central 156 passou a entrar em contato com pacientes para confirmar consultas e exames por meio do Programa Hora Certa. Para tal, planeja-se a modernização da infraestrutura de tecnologia de informação que dê suporte tanto ao atendimento ao munícipe, quanto à gestão e execução das solicitações e à produção de informações para tomada de decisões, assim como o desenvolvimento de abordagens inovadoras no uso da tecnologia, com aplicativos baseados na internet e aparelhos celulares.

## **ii. Participação, transparência e controle social**

Esta gestão, através da criação da Controladoria Geral do Município (CGM), sinalizou a importância dada ao incremento da moralidade e da transparência e o fomento ao controle social da gestão no âmbito da Administração Municipal. Nesse sentido, no início de 2013 a CGM buscou diagnosticar a situação de mecanismos legais e de ferramentas sobre transparência, ética e controle social.

Note-se que ainda hoje inexistem normas e procedimentos padronizados capazes de orientar de modo seguro as ações dos servidores públicos no que se refere à moralidade pública. Por isso, pretende-se criar um código de conduta ética e um sistema de ética pública, de modo a uniformizar entendimentos acerca de procedimentos e atos de funcionários públicos municipais nas suas relações com o setor privado. Serão criados, também, mecanismos de observação e coleta de dados e de estudos de casos para a identificação de possíveis lacunas legais e de procedimentos que dão azo a atos de corrupção e, a partir deste diagnóstico, recomendar medidas preventivas.

No que diz respeito à Lei de Acesso à Informação (LAI), entendida como uma das principais ferramentas de fomento à transparência pública, observa-se que na Prefeitura de São Paulo ela ainda está em fase de consolidação. No primeiro semestre do ano, zerou-se o passivo de 2012 e trabalhou-se com a proposta de alteração do Decreto Municipal que regulamenta a LAI, ampliando o direito dos cidadãos à informação governamental. Trabalhou-se, ainda, no aperfeiçoamento do sistema e-SIC (o sistema eletrônico de Informações ao Cidadão). Para os próximos anos pretende-se continuamente aprimorar esta ferramenta e, por meio de parcerias com entes públicos e privados, disseminar o direito à informação, a LAI e ferramentas como o e-SIC.

No que tange à chamada transparência ativa (divulgação proativa de informações, sem a necessidade de requerimento), nota-se que a Prefeitura de São Paulo publica quantidade razoável de dados; porém, não existem padronizações nem se utilizam formatos adequados ao controle social. Nesse sentido, será elaborada uma política municipal de transparência ativa, a qual se baseará nos princípios dos dados abertos governamentais, que facilitam a reutilização de informação governamental por parte da sociedade.

Para disseminar as diretrizes de transparência passiva e ativa em toda a administração, a CGM promoveu em 2013 e continuará promovendo diversos encontros de capacitação com outras Unidades da Prefeitura visando criar espaços de reflexão sobre a LAI e outros mecanismos de transparência. Outra medida fundamental para se promover a transparência e o envolvimento da sociedade na prevenção e combate à corrupção no âmbito da Administração Municipal é a criação do Conselho de Transparência e Controle Social. No segundo semestre de 2013, a CGM trabalha num processo participativo de criação deste Conselho, o qual deverá entrar em funcionamento em 2014. Pretende-se que o Conselho de Transparência e Controle Social seja um fórum garantidor da implementação de boas práticas de transparência e espaço fomentador do controle social, inclusive no apoio aos Conselhos Participativos das subprefeituras, da Cidade e Temáticos (Metas 113 e 114) no que tange o acesso à informação e o monitoramento das ações governamentais por parte da sociedade civil.

A Secretaria de Direitos Humanos também investirá no fortalecimento dos mecanismos de participação, a partir dos núcleos de direitos humanos descentralizados em cada Subprefeitura e o fortalecimento das instâncias institucionais e regulares de participação, como Conselhos, Conferências e Audiências Públicas. Valorizar diálogos sociais abertos e a cidadania participativa permeará todas as ações e interlocuções da SMDHC. Outra iniciativa de destaque será a implantação da Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos, um canal simples e rápido entre as demandas e sugestões da sociedade civil e o poder público na área de direitos humanos (Meta 62).

Ainda com relação ao controle social, em 2013 a CGM realizou eventos abertos ao público sobre o incremento da transparência pública sob o viés da participação e monitoramento social. Estes eventos, que só devem aumentar nos próximos anos, pretendem incrementar a transparência pública em diálogo com a sociedade, como por exemplo, o realizado em agosto de 2013 sobre a transparência dos dados da SPTrans, no qual se discutiu com a sociedade o grau de acesso às informações sobre o transporte público municipal, e o *hackaton* de dados de transporte que será realizado em outubro de 2013, cujo resultado será aplicativos que poderão beneficiar tanto os usuários de transporte, quanto a própria administração municipal.

### **iii. Revisão Participativa do Marco Regulatório de Desenvolvimento Urbano**

O rápido crescimento de São Paulo, associado às concepções e decisões equivocadas de desenvolvimento urbano ao longo do século XX, produziu um quadro de graves desequilíbrios na cidade. A concentração das oportunidades de trabalho no território significou uma grande demanda por deslocamentos de grande distância. A longa ausência de uma política estrutural de acesso à terra e financiamento para moradia popular resultaram num déficit habitacional significativo e em grande quantidade de famílias morando em áreas de risco.

A dinâmica da produção pública e privada do espaço urbano segundo as regras atuais não atendem, em grande medida, a um desejo de cidade expresso pela população, agravado pela má qualidade dos espaços públicos. Além disso, embora São Paulo conte com um acervo de dados extenso, a gestão da cidade não conta com a adequada disponibilidade de informações que permita tanto a gestão do espaço urbano pelo poder público como o adequado acompanhamento dos resultados das políticas urbanas pela população.

A visão enunciada deverá ser reforçada por um novo pacto que garanta uma política urbana em direção à justiça territorial. A revisão participativa do marco regulatório – que inclui revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) (Meta 120), da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) (Meta 121) e dos Planos Regionais Estratégicos (PREs) (Meta 122) – buscará criar condições e garantias para que os interesses da coletividade se afirmem, direcionem as políticas públicas municipais e regulem a produção privada do espaço urbano, consolidando os instrumentos para a gestão democrática da cidade.

Nesse contexto, a estruturação do Arco do Futuro e, dentro dele, do Arco Tietê (Meta 123), buscará engendrar um melhor aproveitamento das infraestruturas existentes e a maior integração entre a cidade e os seus recursos ambientais, notadamente os rios urbanos. A produção das novas infraestruturas da cidade ganhará uma dimensão mais integrada com a rede de equipamentos que busca a ampliação, integração dos usos e gestão integrada da rede de equipamentos públicos e os corredores urbanísticos que buscam uma implantação qualificada dos novos corredores de ônibus, melhorando os espaços públicos e direcionando habitação e empregos ao longo dos seus eixos. Por fim, para ampliar a capacidade de gestão do espaço público, haverá investimentos nos sistemas de informação e monitoramento do espaço urbano, garantindo a constante atualização dos dados e a ampla disseminação pública das informações sobre a cidade.

Os objetivos e ações de Desenvolvimento Urbano apontados aqui buscam, portanto, a orientação para uma nova dinâmica da cidade que permita a otimização das infraestruturas existentes e planejadas estimulando, nas porções bem situadas do território, o adensamento populacional, dos serviços públicos e das atividades econômicas. Tal orientação busca promover o melhor equilíbrio das atividades urbanas, induzindo empregos nas áreas periféricas. Ao mesmo tempo a política de desenvolvimento urbano aqui apontada busca fortalecer a inteligência sobre as intervenções no território promovendo a lógica da articulação e integração das ações no território. Por fim, espera-se que tanto o aprimoramento e disponibilização das informações quanto a ampliação da participação popular aumentem o controle social e envolvam cada vez mais a sociedade para desenvolver soluções para os complexos desafios que a cidade vive.

## 4. O Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento

### 4.1. Primeiros Passos

O processo de participação popular, que se iniciou em abril com as audiências públicas de apresentação do Programa de Metas 2013-2016, resultou em uma versão final do programa, que incorporou novas metas demandadas pela população.

Naquele mês, foram realizadas 35 audiências públicas – 31 nas subprefeituras, três temáticas e uma geral –, das quais participaram cerca de 6 mil pessoas e nas quais foram recebidas 9.489 sugestões. Descontando-se os ofícios repetidos, considerou-se um total de 8.923 sugestões, que foram sistematizadas e classificadas de forma temática e de acordo com seu tipo – nova meta, detalhamento de meta, ampliação de meta etc. Nota-se que os quatro principais temas demandados pela população são exatamente os quatro temas priorizados pelo programa de governo *Um Tempo Novo Para São Paulo*: saúde, mobilidade, educação e moradia.

Como resultado dessa sistematização, o novo Programa de Metas passou a ter 20 objetivos, por meio do reagrupamento de quatro anteriores em dois e da inclusão de um novo – *Promover a inclusão e a garantia dos direitos da população idosa* –, e 123 metas, das quais 28 são novas. Do programa inicial, uma meta foi excluída, seis foram reagrupadas em três, uma foi inserida dentro de uma nova meta e algumas foram ampliadas, como, por exemplo, a meta 105, que aumenta o número de intervenções para controlar as cheias nas bacias de córregos. Os esforços da Prefeitura de São Paulo implicaram também, de forma inédita, a integração dos instrumentos de planejamento e orçamento, articulando o Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016 com o Plano Plurianual (PPA) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA).

### 4.2. Segunda etapa

Em agosto foram realizadas 32 audiências devolutivas do Programa de Metas – uma geral e 31 nas subprefeituras –, que contaram com a participação de cerca de 3.300 pessoas. Nessa rodada a população pôde conhecer as 123 metas do programa de forma regionalizada, além dos temas por ela demandados, como, por exemplo, aqueles referentes à população idosa, população em situação de rua, segurança alimentar, juventude, políticas sobre drogas, entre outros, que foram explicitamente incluídos nesta nova versão.

A partir dessa rodada devolutiva, o processo consolidou-se com a instituição, pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA), do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento (CPPO).

#### 4.3. Diálogo aberto

O ciclo participativo vincula-se ao Eixo 3 do Programa de Metas, que trata da gestão descentralizada, participativa e transparente e tem como objetivo primordial assegurar ampla e democrática participação popular e o compromisso firme com a transparência do processo de gestão.

O CPPO dará continuidade ao diálogo entre governo e sociedade civil, promovendo uma extensa agenda de audiências públicas e de encontros de formação participativa para debater e criar mecanismos de acompanhamento e controle social do Programa de Metas, do Plano Plurianual (PPA) e dos orçamentos anuais.

Seu objetivo é articular e suscitar a interface entre as diversas instâncias de participação da cidade, garantindo que os mais diversos setores estejam representados tanto no âmbito territorial quanto setorial e do conjunto da cidade, de forma a conferir legitimidade às decisões políticas, respeitando os princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa e da justiça social.

No âmbito territorial, a representação da sociedade civil dar-se-á por meio do Conselho Participativo Municipal nas 32 subprefeituras (Meta 114), fortalecendo suas atribuições de colaborar com o planejamento e fiscalização das ações e dos gastos públicos de suas regiões.

No âmbito da cidade, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão constituirá, em substituição ao atual Conselho Consultivo do Programa de Metas, o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP), com a missão de efetivar a interlocução entre a população, as representações territoriais, temáticas e setoriais e o poder público, com os objetivos de assegurar as reformulações e repactuações das metas, de obter e produzir informações e de monitorar e fiscalizar a execução do Programa de Metas, do PPA e do Orçamento Municipal.

O CPOP será composto por membros dos Conselhos Participativos Municipais das 32 subprefeituras, por membros dos Conselhos Setoriais do município e por representantes dos segmentos sociais vulneráveis que ainda não possuem conselhos, como por exemplo, o da população de rua. O poder público também terá assento no CPOP, a fim de garantir o diálogo permanente entre governo e sociedade civil.

O Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento vai contribuir para que a gestão pública se aproxime ainda mais dos cidadãos e ganhe mais qualidade, ampliando os processos de democracia participativa na cidade de São Paulo.

#### **4.4. Programação 2013-2014**

A continuidade do processo de participação popular com a instituição do CPPO ocorre por meio de programação a ser desenvolvida ainda em 2013 e no início de 2014.

Nas Audiências Públicas que aconteceram em agosto, a população pode indicar as metas prioritárias para sua região na elaboração do PPA e do Projeto de Lei Orçamentária de 2014.

Para qualificar esse debate, SEMPLA irá promover ainda em 2013 um seminário sobre o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento, para que a população conheça os mecanismos de elaboração e de acompanhamento desses instrumentos de planejamento e orçamento. Serão também realizadas novas audiências públicas regionais, nas quais a população poderá contribuir na definição do Plano de Obras das Subprefeituras.

Em janeiro de 2014 será constituído o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP), que a partir de sua posse irá definir a programação do Ciclo Participativo.